

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA
AGRÁRIA (PRONERA) E SUAS POTENCIALIDADES
DURANTE OS GOVERNOS LULA (2003-2010)

BRUNO CÉSAR DE CARVALHO RIZZO

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA
(PRONERA) E SUAS POTENCIALIDADES**

BRUNO CESAR DE CARVALHO RIZZO

Sob a Orientação do Professor
Dr. Ramofly Bicalho dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R627p RIZZO , BRUNO CÉSAR DE CARVALHO , 1983-
PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA
(PRONERA) E SUAS POTENCIALIDADES DURANTE OS GOVERNOS
LULA (2003-2010) / BRUNO CÉSAR DE CARVALHO RIZZO . -
Seropédica, 2022.
51 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos .
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, 2022.

1. PRONERA. 2. Educação no Campo. 3. Educação no
Campo. I. Santos , Ramofly Bicalho dos , 1970-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 49 / 2022 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.057087/2022-33

Seropédica-RJ, 14 de setembro de 2022.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

BRUNO CESAR DE CARVALHO RIZZO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: **31/08/2022**

Ramofly Bicalho dos Santos
Orientador, Dr. UFRRJ

Lia Maria Teixeira de Oliveira
Examinadora interno, Dra. UFRRJ

Alessandro Rodrigues Pimenta
Examinador externo, Dr. UFT

(Assinado digitalmente em 16/09/2022 15:58)
RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 1426576

(Assinado digitalmente em 18/09/2022 06:48)
LIA MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 408.566.407-78

(Assinado digitalmente em 17/09/2022 18:04)
ALESSANDRO RODRIGUES PIMENTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 872.746.711-20

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **49**, ano:
2022, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
14/09/2022 e o código de verificação: **961fe3d6d7**

A fase em que vivemos é uma fase de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima, e que só será possível e benéfica na condição em que cada membro da sociedade compreenda claramente o que é *preciso construir* (e isto exige a educação *na realidade atual*) e *como é preciso construir*.

Pistrak.

Dedico esta Dissertação:

À minha esposa Cristina, eterna companheira,
meu anjo, amor da minha vida.

À minha filha Júlia de Oliveira Rizzo que amo
incondicionalmente.

À minha mãe (*in memoriam*), exemplo de
amor, cuidado e dedicação para com seus
filhos, e que sempre acreditou que a educação
era o caminho certo. E ao meu Pai por me
ensinar os valores do trabalho e da
honestidade.

Ao meu irmão, Lucas Rizzo que sempre
apoiou minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus pelo dom da vida, por iluminar meu caminho para que eu tivesse fé, entusiasmo e perseverança para seguir em frente e pela nova chance que me deste após ser acometido pela covid-19

À minha família, em especial, a minha mãe Maria das Graças que se foi vítima da covid-19 por acreditar no meu potencial e me apoiar nos estudos. E ao meu irmão e pai por estarem sempre ao meu lado, compartilhando as angústias, frustrações e incertezas, mas também celebrando as vitórias e bençãos recebidas ao longo da vida.

À minha esposa Cristina Gomes de Oliveira Rizzo e a minha filha Júlia de Oliveira Rizzo, por quem tenho um amor incondicional. Gratidão por terem me acompanhado nessa jornada durante a realização do Mestrado. Eterna gratidão. Amo vocês!

Ao professor Ramofly Bicalho, agradeço a oportunidade de tê-lo como meu orientador e agora como amigo pessoal. Tenho um imenso orgulho de citá-lo como um dos responsáveis pelo meu crescimento como pessoa humana e pesquisador. Agradeço pela confiança, pela amizade, pelos conselhos e paciência. Como já disse em outras vezes, só tenho gratidão por você ser uma pessoa maravilhosa, humana, exemplo de simplicidade, humildade e competência. Seus ensinamentos vão além das teorias e das exigências acadêmicas. São lições de vida, de amor, de amizade que sempre compartilhou com seus amigos e alunos.

Aos professores e aos coordenadores do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Meus agradecimentos pelas mais diversas formas de contribuições que foram valiosas.

Aos colegas da turma de Mestrado de 2020, agradeço o bom convívio e as boas discussões acaloradas. Que essa amizade perdure sempre para além das parcerias nas produções de artigos científicos. Gratidão pela paciência de me ouvir sempre e não ter deixado eu me sentir solitário nessa jornada.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter me recebido com paciência e respeito, e pela excelente contribuição na minha pesquisa. Foram longos diálogos e muitas histórias. Gratidão sempre.

Enfim, meus agradecimentos aos amigos e familiares pelo apoio, torcida e confiança que sempre depositaram em mim. E a todos aqueles que de alguma forma, citados ou não, permitiram que esta tese se concretizasse.

A todos(as) meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

RIZZO, Bruno César de Carvalho. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e suas potencialidades durante os governos Lula (2003-2010)**. 2022. 51f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Instituto de Educação e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998 pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, mesmo sendo uma época onde o neoliberalismo parecia dominar todas as esferas nacionais, o povo através de muita luta conseguiu que o estado contemplasse a população rural brasileira com algo que jamais nenhum outro governo o tinha feito. Entendemos como algo essencial para que acontecesse o primeiro encontro de educadores da reforma agrária (I ENERA) em 1997 no estado de Goiás que contava com o apoio da UNB (Universidade de Brasília). Durante a pesquisa que realizamos, tivemos um forte impacto não só no Brasil, mas em todo o mundo que foi a pandemia de covid-19, assim sendo, resolvemos optar por revisões bibliográficas ao invés de uma pesquisa de campo. O referencial teórico que entendemos ser um dos mais completos para a criação desta obra fica por conta de alguns autores que são grandes conhecedores do assunto destacado: Mônica Molina e Ramofly Bicalho, pois, nos ajudarão a entender a relação das escolas do campo com a aplicação efetiva da lei que criou o PRONERA. Essa pesquisa buscará mostrar os avanços, entraves e retrocessos do programa para com as comunidades que deveriam se beneficiar com o mesmo. Essa pesquisa teve como principais objetivos específicos: 1) Compreender a implementação das políticas públicas de educação do campo no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). 2) Analisar os desafios históricos do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, apontando seus possíveis avanços, recuos e entraves. 3) Compreender a organicidade do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, no estado do Rio de Janeiro, especialmente, na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e também como objetivo geral: Examinar a instalação das políticas públicas de educação do campo no governo do presidente Lula (2003 - 2010), analisando os possíveis avanços e recuos, especialmente, em relação a organicidade do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro e na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: PRONERA. Educação no Campo. Governos Lula.

ABSTRACT

RIZZO, Bruno Cesar de Carvalho. **National Education Program in Agrarian Reform and its potential during the Lula administrations (2003-2010)**. 2022. 51p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Graduate Program in Agricultural Education (PPGEA). Institute of Education and Popular Demands, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

The National Program of Education in Agrarian Reform (PRONERA) was created in 1998 by the then Brazilian president Fernando Henrique Cardoso, even though it was a time when neoliberalism seemed to dominate all national spheres, the people through a lot of struggle managed to get the state to contemplate the population Brazilian rural area with something that no other government had ever done. We understand it as essential for the first meeting of agrarian reform educators (I ENERA) to take place in 1997 in the state of Goiás, which had the support of UNB (University of Brasília). During the research we carried out, we had a strong impact not only in Brazil, but throughout the world, which was the covid-19 pandemic, therefore, we decided to opt for bibliographic reviews instead of field research. The theoretical reference that we understand to be one of the most complete for the creation of this work is on account of some authors who are great experts on the highlighted subject: Mônica Molina and Ramofly Bicalho, as they will help us to understand the relationship of rural schools with the application of the law that created PRONERA. This research will seek to show the advances, obstacles and setbacks of the program towards the communities that should benefit from it. This research had as main specific objectives: 1) Understand the implementation of public policies for rural education in the Government of President Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). 2) Analyze the historical challenges of PRONERA – National Program of Education in Agrarian Reform, pointing out its possible advances, setbacks and obstacles. 3) Understand the organic nature of PRONERA - National Program of Education in Agrarian Reform, in the state of Rio de Janeiro, especially at UFRRJ - Federal Rural University of Rio de Janeiro and also as a general objective: To examine the installation of public education policies in the field in the government of President Lula (2003 - 2010), analyzing the possible advances and setbacks, especially in relation to the organicity of PRONERA - National Program of Education in Agrarian Reform in the state of Rio de Janeiro and UFRRJ - Federal Rural University of Rio of January.

Keywords: PRONERA. Education in the Field. Lula governments.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1 O DESEMPENHO DO PRONERA (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA) NOS ÚLTIMOS ANOS.	4
1.1 Breve histórico do PRONERA.	4
2 CAPÍTULO 2 O PRONERA E SUA ATUAÇÃO DENTRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	24
2.1 O PRONERA no Rio de Janeiro	25
3 CAPÍTULO 3 O PRONERA E SUA ATUAÇÃO DENTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM ÊNFASE À LICENCIATURA DO CAMPO	31
3.1 Dificuldades apresentadas na Licenciatura em Educação do Campo.....	34
3.2 A LEC/UFRRJ e os Trabalhos de campo.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

A educação está inserida em diversos campos sociais e é parte fundamental para que uma nação possa atingir níveis de excelência nesse setor. Partindo dessa premissa, escolhemos trabalhar uma particularidade do ensino brasileiro, a educação rural. Adotaremos um assunto de grandeza para a evolução desse projeto, nesta dissertação de mestrado nosso assunto principal será o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A paixão pela educação sempre foi notória em nossa vida, mas foi no ano de 2004 que tivemos a oportunidade de ingressar no ensino superior, a escolha foi o curso de Licenciatura Plena em História e já no ano de 2006, iniciamos os estágios pedagógicos em sala de aula, todavia, nosso curso superior e as escolas que os compromissos acadêmicos foram realizados estavam localizados em ambiente urbano, até esse momento nós não tínhamos um conhecimento aprofundado em educação do campo.

A formatura no ano de 2007 nos colocou realmente a prova sobre o que seria difícil se estabelecer na profissão de educador no Brasil, escolas com dificuldades de infraestrutura, um público desinteressado e claro os salários (horas-aulas) com pisos totalmente defasados para o enfrentamento de uma realidade difícil.

Durante a jornada, notamos que a continuidade dos estudos é imprescindível para que o professor se mantenha atualizado, pois, o público alvo também se modifica, novas tendências surgem e o alunado acaba recendo essas informações, cabe ao docente estar sempre preparado para lidar com esses novos desafios. Pensando deste jeito em 2011 iniciamos um curso de pós graduação (*lato sensu*) na modalidade de História Contemporânea que pode nos ajudar com questões mais recentes na geopolítica internacional.

No ano de 2014 a oportunidade nos veio de realizar um curso de extensão em Geografia, o que acabou possibilitando a liberação para ministrar aulas dessa importante ciência humana, pois, ajudou bastante na compreensão do cenário político brasileiro naqueles dois anos que se sucederam até o golpe de 2016 que culminou na retirada da presidenta Dilma Rousseff.

Depois de mais de 10 anos no magistério urbano do Estado do Rio de Janeiro, ficamos conhecendo o programa de mestrado oferecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que tinha como público alvo a educação agrícola através do PPGEA (Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola). Realizamos o processo seletivo no início de 2020, ano fatídico onde foi decretado a pandemia de covid-19 e as etapas do processo acabaram sendo atrasadas para garantir a segurança de todos os envolvidos.

Finalmente depois de tantas dificuldades encontradas nesses últimos anos, conseguimos iniciar esta dissertação para a sua defesa ao final de dois anos de um curso maravilhoso com a presença de grandes amigos e professores muito dedicados com a causa Educação.

Como sabemos, a pandemia nos retirou algumas nuances para a realização deste trabalho, resolvemos adotar também por medida de segurança apenas análises de artigos sobre o PRONERA. Visitas, entrevistas não puderam ser realizadas devido a inconstância do vírus que até esse momento não foi erradicado em nosso país.

Pretende-se desenvolver estudo exploratório que tem por objetivo aumentar a entendimento de um *processo* ainda pouco conhecido. A pesquisa será desenvolvida utilizando como base os textos que apontam a importância do PRONERA dentro do Brasil, suas especificidades como: O interesse público no projeto, os investimentos econômicos no respectivo segmento e a demanda popular interessada em fazer parte.

Será utilizado o método comparativo entre os governos Lula sem abandonar o ideal

Freireano e suas contribuições para o Brasil além de buscar uma abordagem atual, estabelecendo os novos desafios da nova década que acabou de chegar. Sabemos que nos últimos anos aconteceram cortes significativos nas escolas públicas no Brasil e isso também será abordado nos capítulos da dissertação.

Escolhemos trabalhar com diversos autores que vivenciaram a educação rural de perto e reconhecem seus avanços, entraves e recuos do PRONERA ao longo dos anos. Monica Molina, Ramofly Bicalho e Daise Diniz são alguns dos escritores que irão nortear os capítulos seguintes dando-nos bases para escrever as etapas da dissertação.

Esta obra será dividida em três capítulos que terão a ideia de mostrar partes importantes para a aplicação do PRONERA nas realidades rurais do Brasil, sendo de todas as especificidades que norteiam essa ação tão importante para a colocação do público campesino na sala de aula no interior do nosso país.

No primeiro capítulo discutiremos a aplicação do PRONERA nas últimas décadas, mostraremos também o que motivou o governo federal a criar e lançar algo tão inovador para o público brasileiro. Destacaremos alguns fatos que aconteceram sobre ataques de grupos armados a camponeses que pleiteavam terras para produzirem e fazer cumprir a sua função social, mas que foram vítimas de bandidos.

Massacres como aconteceu em El Dourado dos Carajás em 1996 no Pará onde 19 pessoas foram assassinadas por latifundiários e pela polícia. Foram 25 responsáveis diretos pelos atentados, todavia, apenas dois policiais foram condenados a prisão. Com base em pesquisas para a realização da dissertação, encontramos outros crimes semelhantes a estes que serão colocados adiante.

Juntamente com esses fatos criminosos, no primeiro capítulo iremos discutir a grande importância do I ENERA (Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária) em 1997, com o apoio da Universidade de Brasília, um novo debate sobre a educação rural foi realizado, uma vez que a esta educação não possuía um capítulo especial na constituição brasileira e era colocada sob a mesma realidade da educação urbana pública brasileira, que de fato também apresenta muitas dificuldades, mas está bem à frente das escolas rurais brasileiras.

Debateremos adiante nesta primeira parte a pressão internacional pela criação de um modelo de educação do campo pela ONU, durante o governo FHC organismos internacionais entraram nessa questão brasileira que era refletida o total desprezo pela comunidade do campo. A criação do PRONERA em 1998 em um governo reconhecidamente neoliberal nos parece dicotômico, todavia, a pressão externa foi um dos fatores mais latentes para o projeto sair do papel.

No segundo capítulo teremos como alvos primordiais as ações do PRONERA no Estado do Rio de Janeiro. abordaremos de forma sucinta uma rápida passagem da educação no Brasil ainda na época que ainda era uma prejudicada colônia portuguesa na América. Informaremos sobre a mudança da capital de Salvador- BA para o Rio de Janeiro-RJ no ano de 1763 e suas características para esse fato realmente acontecer.

No segundo capítulo teremos como alvos primordiais as ações do PRONERA no Estado do Rio de Janeiro. Abordaremos de forma sucinta uma rápida passagem da educação no Brasil ainda na época que ainda era uma prejudicada colônia portuguesa na América.

Informaremos sobre a mudança da capital de Salvador- BA para o Rio de Janeiro-RJ no ano de 1763 e suas características para esse fato realmente acontecer e partir daí realizar uma reflexão sobre os motivos para o Brasil ir abandonando sua história rural e partir para uma realidade urbana e logicamente essa migração do rural para o urbano irá reverberar também na educação que se tornará cada vez mais capitalista para simplesmente atender o mercado.

Destacaremos nesta segunda parte a migração do público do campo para as cidades

grandes, o famoso êxodo rural onde as pessoas e/ ou famílias buscam encontrar moradias e melhores infraestruturas para atendê-los, todavia, em muitos casos isso acaba se tornando uma utopia.

Outro ponto importante que abordaremos é a totalidade de escolas consideradas “do campo” no Estado do Rio de Janeiro, a atuação da SEEDUC (Secretaria Estadual de Educação) dentro desse conceito, como ela atua nessas unidades e se realmente o suporte prestado é condizente com as expectativas de todos dentro desse círculo de atuação desde famílias, alunos, professores, coordenadores e diretores.

Buscaremos usar como modelos para o segundo capítulo a escola Municipal Áurea Pires da Gama, sediada no município de Angra dos Reis. No ano de 2015 esta unidade escolar foi declarada oficialmente uma escola quilombola pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. Esta escola também se mostra como um espaço de resistência como veremos no desenvolver desse capítulo.

A educação indígena também será abordada, pois se trata de uma ação afirmativa do governo Dilma, basta lembrar de nossa colonização que o público em questão foi um dos mais prejudicados pelo invasor português, perdendo parte de sua cultura foram obrigados a ver apenas o reflexo dos portugueses na história.

Em nosso último capítulo mostraremos a o PRONERA mais de perto através da sua atuação dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Adotaremos como principal fonte as Licenciaturas de Educação no Campo. Um breve histórico da UFRRJ também deverá ser colocado de forma breve apenas com a intenção de contextualizar os caminhos que levaram para a criação do curso de graduação em Licenciatura de Educação no Campo (LEC's).

Os entraves da LEC será um ponto importante a ser analisado no texto, pois como sabemos, nos últimos dois anos estamos convivendo com o corona vírus e isso tem dificultado bastante qualquer realização de um trabalho mais prático. Poderemos notar que ao longo dos anos as verbas públicas reduziram drasticamente.

A Pedagogia da Alternância também será citada neste capítulo, uma vez que ela respeita o espaço do aluno dentro da sua comunidade fazendo um perfeito alinhamento com o tempo-escola, abordaremos que esse tipo de utilização do ensino-aprendizagem vem sofrendo para ser mantido devido aos altos custos que os governos recentes vêm colocando.

Na parte final do terceiro capítulo, resolvemos mostrar alguns exemplos de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2010 e 2011, afinal de contas, sabemos que é um dos fatores prioritários para a formação do educador rural, ele precisa conhecer aquela realidade se não for nascido ali.

1 CAPÍTULO 1

O DESEMPENHO DO PRONERA (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA) NOS ÚLTIMOS ANOS.

1.1 Breve histórico do PRONERA.

No Brasil, especificamente, as conquistas sociais são frutos que surgem de lutas internas travadas entre grupos que sempre foram colocados de lado pelas autoridades. Falar sobre educação no campo é revisitar esse passado de esquecimento e abandono de um povo que majoritariamente fez parte da construção de nosso país.

Não obstante a isso, os anseios da comunidade rural foram relatados no I ENERA (Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária), realizado na cidade de Luziânia no Estado de Goiás, autores como Bezerra, Neto e Santos, sobre a influência do PRONERA, Dizem:

Nesta direção a ação e atuação coletivas empreendidas pelos movimentos e organizações sociais da classe trabalhadora do campo, universidades públicas, instituições internacionais, organizações da sociedade civil e órgãos do poder público podem e têm colaborado para o fortalecimento da luta para assegurar o reconhecimento da educação para as populações do meio rural como direito, a “educação do campo” como política pública nacional, traduzida e materializada em programas governamentais que vem sendo implantados em nosso país desde o final da década de 1990, mais especificamente, após a ocorrência do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado na cidade de Luziânia, Estado de Goiás, em julho de 1997. (2016, p. 91).

Ações coletivas, como a movimentação de grupos sociais envolvidos diretamente nessas propostas de lutas por uma educação realmente transformadoras, fazem valer suas conquistas, quando em 1998, o governo federal lança oficialmente um programa social que contemple verdadeiramente a parcela da sociedade camponesa realmente esquecida.

O PRONERA nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino. Esta ação significa o empenho do governo brasileiro na promoção da justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamentos e na formação técnico- profissional de nível médio e superior. Pelo PRONERA, afirma o compromisso com a educação como meio para viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza nas áreas de Reforma Agrária. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2011, p. 11)

Anteriormente ao lançamento do PRONERA, no governo de FHC, movimentos rurais deram a tônica de como seria essas reivindicações, como escreve Costa e Lomba (2017):

O aumento das ocupações de terras provocou muitos conflitos no campo. O governo de Fernando Henrique Cardoso estabeleceu, então, o Plano de

Reforma Agrária em 1995, cuja finalidade definida no documento, era assentar duzentas e oitenta mil famílias, mas ao lado disso, o Estado também atendia aos interesses dos latifundiários, aumentando os conflitos com os trabalhadores rurais, principalmente, os sem terra, uma vez que o referido plano não conseguiu atingir a meta estabelecida (p. 227).

Notamos que os habitantes do campo na década de 1990 não estavam mais tendo tanta cumplicidade com as autoridades, em outras palavras, a luta ela fica mais intensa após a chegada ao poder de um governo neoliberal que não escondia de ninguém que iria adotar um tipo de governo que iria priorizar o agronegócio e as privatizações iniciadas ainda no governo do afastado Fernando Collor de Melo (1990-1992) em detrimento do povo do campo.

Outra questão a salientar a respeito da citação acima é que além da política da reforma agrária não ser atendida e, diga-se de passagem, nunca foi, apenas acirrou os ânimos de todos os envolvidos. No Brasil, nunca tivemos reforma agrária e sim práticas reparadoras que inclusive o próprio PRONERA é um exemplo destas políticas que visam amenizar os problemas e não os resolver de fato.

Lembramos que o PRONERA foi uma conquista, resultado da pressão dos movimentos sociais e sindicais, que já conta com 17 anos sob responsabilidade do INCRA. Enquanto política pública possibilita a participação da sociedade civil organizada na articulação da demanda e na discussão do projeto pedagógico do curso. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2017, p. 9).

Em destaque, podemos comentar a respeito do massacre de El dourado dos Carajás no estado do Pará no dia 17 de abril de 1996, onde 19 trabalhadores rurais foram assassinados por latifundiários. Mortes essas relacionadas com a exigência por parte da população de melhores condições de vida num modo geral. Historicamente sabemos que fatos como esse são mais corriqueiros que podemos imaginar. Foram 155 policiais envolvidos diretamente nesse conflito, todavia apenas dois militares foram condenados e após 25 anos do acontecimento citamos a reportagem abaixo.

Medo. A sensação sufocante, combinada com as lembranças, persiste 25 anos depois. Raimundo dos Santos Gouveia e Maria Zeuzuíta Oliveira de Araújo são sobreviventes de um dos mais sangrentos episódios da história brasileira contemporânea: o massacre de Eldorado dos Carajás.

Em 17 de abril de 1996, Gouveia e Zeuzuíta eram alguns dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ocupavam a chamada curva do S, na BR-155, na região Sudeste do Pará. Protestavam contra a demora da reforma agrária na região. Ali, viram a execução de 19 pessoas e sofreram pela morte de outros dois companheiros no hospital.

A luta de Gouveia e Maria Zeuzuíta era por direitos. Pleiteavam a desocupação de um latifúndio improdutivo, a fazenda Macaxeira, para transformar em roça para a família. E apesar do clima tenso que já havia na área, foram surpreendidos por uma tropa de 155 policiais militares que chegaram atirando. (Agência Brasil, 2021.)

Atualmente o senhor Gouveia possui própria roça no estabelecimento chamado 17 de abril, dona Zeuzuita também está assentada na mesma área e trabalha como cozinheira na escola Oziel Alves Pereira dentro do assentamento conquistado sobre os seus sonhos ela retrata que muitos foram interrompidos devido aos assassinatos cometidos por esses

criminosos. Ainda sobre a chacina no Pará em 1996 e a sua contribuição para a criação de um planejamento próprio para a educação agrícola no Brasil, Diniz e Lerrer (2018) observam:

Ocorrido no dia 17 de abril de 1996, que tiveram alcance internacional. Esse contexto de grande visibilidade pública do descaso do Estado para com as políticas agrárias e de violência no campo favoreceu a criação do PRONERA e também do próprio Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado por um decreto assinado pelo presidente FHC dois meses depois do massacre que resultou no assassinato de 19 sem-terra em uma rodovia do Pará pela Polícia Militar daquele estado². O PRONERA nasce da grande visibilidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária no país, protagonizada por diferentes movimentos sociais, mas com grande destaque do MST e de docentes e pesquisadores vinculados a universidades federais brasileiras. É a partir desse contexto que o PRONERA vem contribuindo para a inclusão no cenário educacional do país de uma nova modalidade de pensar a educação em suas práticas e finalidades, ou seja, ao materializar a educação do campo como política pública aplicada via gestão participativa por parte do público que delas fará uso e, assim, colocando uma nova ordem do discurso para as práticas da gestão pública no interior do Estado e ampliando as possibilidades dos espaços em que se podem figurar práticas de democracia participativa – na sociedade civil e no interior do próprio Estado. (p. 4).

Sobre a dificuldade de colocar o PRONERA pra acontecer, Costa e Lomba (2017), citam:

Na fase de implantação, o Pronera enfrentou dificuldades na liberação de recursos financeiros para que as turmas iniciassem as aulas, mas a pressão dos movimentos sociais e a intensa mobilização nos assentamentos contribuíram para dar início aos projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, enfrentou-se inúmeras divergências de interesses políticos. (p. 227)

Observamos que no início criação do programa e com essa citação acima, sempre ocorreu inúmeras desconfiças para a realização do projeto, basta lembrar também que foi idealizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que outrora se definia como um militante da esquerda e durante os seus dois mandatos presidenciais se caracterizou por ser adepto do neoliberalismo das escolas inglesa e norte-americana. A chegada efetiva do programa se dá através de uma portaria realizada em 1998, como escreve Diniz (2015):

O PRONERA foi regulamentado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98 vinculado ao extinto Ministério de Política Fundiária e posteriormente transferido para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para viabilizar a regionalização. Definido como programa do governo federal para promover ações educativas nos assentamentos de reforma agrária. Interessou-me investigar a maneira em que o PRONERA, por meio de gestão participativa, vem regulamentando a participação dos movimentos sociais do campo ao longo dos seus 17 anos de existência. Ou ainda, se a participação dos movimentos sociais parceiros está institucionalmente garantida no âmbito da regulamentação do programa. (p.1).

Detectamos uma organização dentro da proposta bastante interessante, pois a princípio entendemos que grande parte da comunidade seria contemplada com essa portaria, contudo é fato que em muitas regiões brasileiras o programa ainda não passa de uma utopia. Ressaltamos neste trabalho que ao longo de sua existência o PRONERA apresentou cinco manuais de normalização para sua aplicação no Estado Brasileiro, como escreve Diniz (2015):

Ao longo de sua atuação o PRONERA contou com 5 (cinco) *Manuais* normalizadores. O primeiro editado no ano de sua criação, 1998. O segundo publicado no ano de 2001 em função de sua incorporação ao INCRA. O terceiro, data do ano de 2004, e foi marcado pela ampliação do programa. O quarto manual foi publicado em 2011 em atendimento às determinações do TCU fruto de ações judiciais contra o programa, bem como as atualizações legislativas que instituiu e regulamentou o PRONERA como uma política pública de educação do campo. O quinto foi reeditado no ano de 2014 numa versão abreviada do Manual (2011. p. 3-4).

Para este projeto, resolvemos não se ater aos cinco, mas sim aos manuais de 1998, cujo foi a portaria que criou o objeto de nosso estudo e o de 2011 que por sua vez transformou-o em política de estado. Diniz (2015) sobre esta portaria de 2011 coloca:

De um modo geral o Manual de 2011, em relação aos anteriores, tem o mérito de explicitar a história e os resultados auferidos pelo programa até o ano de 2010. Contudo, mudanças legais tais como o Acórdão TCU – Plenário n.º 3.269/2010 e o Decreto n.º 7.352/2010 que institui o PRONERA como uma política pública para educação do campo; ampliando a caracterização dos povos do campo trouxeram novidades quanto a dois itens do Manual: o da operacionalização e do capítulo segundo que trata dos projetos atendidos pelo PRONERA e dos seus critérios de aprovação. O item que trata da operacionalização do PRONERA faz referência ao art. 14 do Decreto 7.352/2010 que institui que os instrumentos de execução das ações do programa a ser celebrado junto ao INCRA ocorrerão na modalidade contrato, convênios, termo de cooperação e deixa em aberto outras possibilidades de instrumentos que couber às instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, bem como órgãos e entidades públicas. (p. 13)

Necessário salientar que esta portaria torna uma obrigatoriedade as parcerias públicas privadas, todavia, como uma observação crítica, devemos citar que o PRONERA tinha que estar em uma atmosfera totalmente pública, pois entendemos que esse tipo de acordo pode beneficiar alguns grupos e segregar outros, principalmente àqueles que são excluídos a tempos em nosso país.

Logicamente que oferecer educação para um povo ávido por mudanças sociais não iria cair bem para alguns governantes, pois muitas críticas apareceram durante o início da educação verdadeiramente do campo. É sabido por todos nós que, muitos políticos são latifundiários e que um povo letrado começaria a atrapalhar seus *status quo*. Por isso, várias brigas políticas aconteciam devido à falta de recursos para a realização do projeto e que o país deveria ter outras prioridades.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao poder após três tentativas (1989, 1994, 1998) de se tornar presidente da República Federativa do Brasil. Ainda com bastante desconfiança de boa parte da sociedade brasileira, Lula inicia com programas voltados para diminuir a pobreza em nosso país. A educação no campo é uma conquista das comunidades que sempre sofreram injustiças no Brasil. A luta é árdua demais, segundo Santos (2013):

A educação do campo é uma conquista dos movimentos sociais e o reconhecimento identitário é fortalecido nessa conjuntura de novos embates, de participação, experiências e cooperação, rompendo com o tradicional isolamento e individualismo imposto pela sociedade neoliberal. Essas experiências podem ser transformadas em ferramentas de lutas na implementação das diretrizes nacionais por uma educação do campo. Importante ressaltar que esses embates e lutas políticas são essenciais, quando possibilitam aos envolvidos, o ser sujeito da própria história, criando e recriando espaços de reconhecimento e resistência. (p. 6)

A educação no campo como conquista social reflete a necessidade dos grupos que necessitam de uma atenção especial, as lutas políticas e sociais travadas por pessoas imbuídas em realizar a melhora não só individualmente, mas também a melhora de um grupo de um povo que necessita de atenção. A escola rural é sem dúvida a maior exclamação de uma classe tão subtraída de atenções dos governos brasileiros. Ser o agente de sua própria história é reconhecer a importância da educação na formação de qualquer cidadão e o rural é por si só um grande espaço de resistência contra o sistema. Diniz e Lerrer (2018) corroboram:

A história das políticas públicas no Brasil foi marcada pela ausência da participação, da proposição e da consulta às reais necessidades do público atendido ou por iniciativas exclusivas do Estado com o fito de manter o privilégio de setores sociais específicos, reforçando o seu caráter oligárquico. (p.270).

Visto que antes de uma lei específica sobre a educação no campo, o governo nunca atentou de fato para uma questão tão importante, parece que as autoridades esqueceram que o Brasil surgiu do agrário e que a urbanização / industrialização são relativamente recentes em nosso país. Em relação ao passado de esquecimento da educação e na formação de educadores em áreas rurais, Molina e Rocha (2014) definem:

De 1940 a 1970, observa-se o que Paraíso (1996) denomina de “campo do silêncio” nas políticas públicas e na produção acadêmica no que diz respeito à educação escolar e à formação docente no contexto rural. É importante registrar que exatamente nesse período, eram implantadas as políticas “modernizadoras” da agricultura. A concentração de terras, o crédito para grandes empreendimentos, a mecanização das práticas agropecuárias e a implantação de todo o pacote associado à chamada “Revolução Verde” ampliavam seus índices na mesma medida em que se configurava o cenário de precariedade física, administrativa e pedagógica das escolas rurais. (p. 240).

Ainda sobre resistência na educação do campo, incluímos o fato de que sempre os movimentos serão contestados pela elite brasileira, pois, as junções de grupos minoritários chamarão atenção deste grupo exclusivista, e historicamente também são marginalizados por aqueles que detêm o monopólio financeiro. SANTOS (2013) faz uma importante análise sobre esse fato, com sabedoria quando escreve:

A conquista da educação do campo pelos movimentos sociais é um projeto em disputa pela hegemonia, e inscreve-se como um dos componentes indispensáveis de estratégia das forças políticas em luta pelo alargamento da democracia na sociedade brasileira, nos campos e cidades. (SANTOS, 2013, p.9).

A história da educação urbana e principalmente do campo brasileiro está marcada pela truculência e/ou violência dos grupos mandatários. Em relação a alguns conflitos que ganharam destaque na mídia, Costa e Lomba (2017) complementam:

Entre os conflitos que marcaram esse período, os massacres de Corumbiara, estado de Rondônia (1995) e de Eldorado dos Carajás, no Pará (1997), ganharam notoriedade devido à forte violência contra trabalhadores do campo e isso conduziu o governo a criar o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. (p. 227).

O massacre de Corumbiara vitimou 12 pessoas, 9 destas eram assentadas 2 militares e um homem que não foi identificado, descaso ficou conhecido mundialmente e foi uma guerra travada entre as forças do estado Rondônia conta um grupo de pessoas que lutavam para conseguir sua Terra, ao todo eram 18000 há e foi ocupada no dia 15 de julho 1995, este grande conflito completou 27 anos. Foram 194 policiais militares contra aproximadamente 2300 pessoas. Beijo 2011 tramita na Câmara dos deputados, em Brasília um projeto de lei (PL 2000/11) que tem como principal função avaliar a situação e conceder anistia aos trabalhadores rurais punidos no episódio de 1995, entretanto, em 2013 o texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) mas não avançou e segue na fila para ser votado pelos constituintes.

Ainda em vinculação à educação no campo que juntamente com o PRONERA nosso maior foco deste estudo, pode considerar-se um grande avanço social, criado também para ajudar a combater esse tipo de situação de extrema violência que camponeses são tratados no Brasil, diante disso, com a mídia divulgando essas notícias, não restou as autoridades em conceber o Ministério exclusivo para uma política fundiária.

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados por muitos ataques as comunidades rurais. Tivemos e temos um panorama bastante difuso no Brasil e em se tratando do ensino público isso fica bem mais latente, como afirma Jesus (2015):

No Brasil, a luta pela educação pública de qualidade tem sido uma constante, pois a crise da educação é na realidade a crise da instituição pública em meio a um processo violento de privatização na “oferta” dos serviços, conjugado com o processo de concentração de riquezas nas mãos de poucos. (p. 168)

Importante também é reconhecer que a educação no campo não pode possuir uma definição comparada com as escolas urbanas, o espaço rural navega por suas próprias especificidades, e deve ter um capítulo especial por aqueles que cuidam da formação e letramento da população. Para Caldart:

Pelo nosso referencial teórico, o conceito de educação do campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Essa é a base concreta para discutirmos o que é ou o que não é Educação do Campo. Educação do campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade (CALDART, 2008, p. 69 – 70).

Ainda sobre o reconhecimento do rural como espaço de criação de conhecimento e espaço democrático de pensamento, entendemos:

A democratização do acesso ao conhecimento é também reconhecida pela Educação do Campo como uma questão estratégica, por considerar que o conhecimento potencializa as classes populares na busca por alternativas de vida mais digna e humana. Entretanto a luta pelo acesso ao conhecimento não pode está separada do debate sobre que conhecimentos são considerados necessários conhecer, quem tem interesse na socialização de determinados conhecimentos, quem está produzindo tal conhecimento. (CARVALHO; SANTOS, 2014, p. 6).

Entendemos que os governos Lula obtiveram ganhos substanciais no que tange a educação no campo, mesmo assim, níveis de crimes às pessoas no ambiente rural tiveram um salto em relação aos anos anteriores no Brasil, separamos outros dados que embasam os problemas encontrados nas escolas e regiões rurais:

Quanto à violência, o número de assassinatos recuou em 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. As tentativas de assassinatos passaram de 44, em 2008, para 62, em 2009; as ameaças de morte, de 90, foram para 143; o número de presos aumentou de 168, para 204. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.844, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.007, para 12.388, 36,5%. Também elevou-se o número de casas, de roças destruídas 163%, 233%. Em 2009, registrou-se 9.031 famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, contra 6.963, em 2008, mas de 29,7%. (CANUTO; LUZ; GONÇALVES, 2010).

Interessante é que também atentamos a inquietação social das camadas tidas como “inferiores” com o desprezo que sempre foram julgadas nesse país. Com o passar dos anos e a chegada de mais pessoas de origem humilde na política brasileira, ficou notório que novos estudantes chegariam às salas de aulas e iriam se levantar contra esse erro. Dansa, Freitas e Moreira (2016, p. 207), escrevem: *O que incomoda essas pessoas é o tratamento agressivo e jocoso que a sociedade lhes reserva, assim como a ausência de valor social que acompanha sua condição e a exclusão de processos que exigem a leitura e a escrita.* Pessoas pobres tendem a incomodar o *status quo* que essa nação desde os tempos coloniais que proporcionou aos despossuídos o não acesso à terra.

1.2 Aplicação do programa com a população rural.

Adentrando em outra parte primordial para termos uma educação de referência no mundo inteiro é falar sobre a importância do letramento das pessoas nas cidades e no campo para que possam sim ter condições dignas de viver e realmente obter noção perfeita dentro do espaço de convivência:

Estudar é uma demanda das mais sérias e importantes da população analfabeta ou semialfabetizada do campo. Isto não significa que havendo a abertura de salas de aula, estes terão, automaticamente, condições, disposição ou mesmo motivação para permanecer no processo escolar. (DANSA; FREITAS; MOREIRA, 2016, p. 209).

Sobre a complexidade do PRONERA e as formas de atuação, podemos observar muitas nuances. De acordo com a citação abaixo, temos:

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária

estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nos seus objetivos específicos, se propõe a garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados (as) e/ou assentados (as) nas áreas de reforma Agrária; garantir a escolaridade e a formação de educadores (as) para atuar na promoção da educação nas áreas de reforma Agrária; garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos – EJA e do ensino fundamental e médio nas áreas de reforma Agrária; garantir aos assentados (as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento; organizar, produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa e promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo. (JUNIOR; TAFFAREL, 2009.)

Segundo observamos na citação acima, o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), apresenta variados argumentos para ditar uma nova conjuntura na educação deste país, ainda mais devido a um passado de bastante abandono deste setor. Todavia é preciso que cada vez mais os camponeses entendam que o campo não é sinônimo de retrocesso e que esse grupo popular importante permaneça dentro do seu ambiente para ajudá-lo no seu desenvolvimento. A migração forçada para as cidades acaba acarretando outros problemas que são citados abaixo:

A contradição posta no campo brasileiro está expulsando os agricultores do campo e os empurrando para as favelas, fatos que não podemos esquecer. Existem projetos antagônicos para o campo brasileiro e frente a isto as populações do campo buscam encontrar no próprio campo, e não no meio urbano suas condições de vida digna. Isto significa que as políticas públicas sociais devem chegar ao campo, entre as quais a política educacional e a política agrária. (JUNIOR; TAFFAREL, 2009.)

A contradição que foi abordada deve ser mais rápido possível combatida por um estado forte e que intervém verdadeiramente nas questões sociais. A reforma agrária feita com a devida atenção pode auxiliar a agricultura familiar dando uma produção mais saudável para aqueles que irão consumir o devido produto.

Convém lembrar que as marcas de uma educação tecnicista no Brasil também nos ajudaram a explicar a grande dificuldade de estabelecer um estudo livre das barreiras impostas pelo capital. Ao entrar na escola fomos doutrinados a entender que somente quem possui bens financeiros são verdadeiramente felizes.

A herança da opressão se reflete no baixo valor que atribuem a si mesmos, a sua forma de falar, de organizar sua vida, de se colocar no mundo como sujeitos coletivos, assim como na resistência que alguns opõem ao próprio movimento quando este se contrapõe a certas formas instituídas de organização social ou da produção. Também são muito fortes os traços de religiosidade e de obediência cega à autoridade, assim como formas autoritárias de lidar com problemas. (FREITAS; DANSA; MOREIRA. 2016, p. 209).

Outro fator importante é quando a própria população reconhece a necessidade de buscar informações para se libertarem da opressão imposta pela economia neoliberal, assim

podem caminhar com suas próprias pernas e melhorar sua condição de vida e também, claro a educação no campo (Cruz; Vieira, 2011).

Além disso, nunca poderemos dissociar o conceito de reforma agrária com a educação no campo. É preciso que o camponês tenha um espaço próprio para poder realizar suas tarefas sem ter que se deslocar até seu ponto de estudo. Por outro lado, quando abordamos o assunto sobre reforma agrária no Brasil, entendemos que acontece sempre uma lógica mais de compensação e não de retratação:

A experiência da reforma agrária brasileira está entre as questões mais polêmicas do debate político. Nas duas gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva esta polêmica se acirrou porque havia a expectativa de uma reforma agrária mais ofensiva que a realizada nas duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, o que ocorreu de fato foi a continuidade, constituindo um modelo de reforma agrária baseado numa lógica de política compensatória. (FERNANDES, 2012. p 3-4).

Percebem-se, por meio dos estudos, que a educação no campo é a saída das classes menos favorecidas de outrora e o mais impressionante é que o letramento dessas pessoas ainda causa temor na elite brasileira, pois quando mais informações adquiridas pelas minorias, mais contestação o empresariado brasileiro e políticos vinculados aos latifúndios sentirão o sabor de movimentações sociais cada vez mais fortes. Como afirma Jesus (2012):

Nesse sentido, a educação do campo é estratégica para ampliar a consciência e para reinventar o trabalho no campo porque ela alimenta a defesa da redistribuição da terra, do acesso às águas e às florestas, assim como a distribuição de renda para todo o país e a luta contra o projeto de desenvolvimento econômico capitalista. Que os trabalhadores em luta possam cada vez mais plantar sementes de esperança em tempos de desesperança e desilusões. (p. 184).

Obviamente precisamos destacar também a figura do educador das escolas rurais, todavia, o campo brasileiro tem inúmeras dificuldades, como: estradas precárias, poucos postos de saúde, difícil locomoção escola-casa, abandono de alunos, salários baixos. O professor rural é preterido frente ao profissional urbano e sendo assim:

Para esse propósito, torna-se necessário um educador que tenha compromisso, condições teóricas e práticas para desconstruir as práticas e ideias que forjaram o meio e a escola rural. Nesse sentido, as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação bem mais ampliada e abrangente, capaz de compreender uma série de dimensões educativas e deformativas presentes na tensa realidade do campo na atualidade. Para tanto, precisa de uma formação que o habilite a compreender a gravidade e a complexidade dos novos processos de acumulação de capital no campo, que têm interferência direta sobre a realidade do território rural; sobre os destinos da infância e juventude do campo que ele irá educar e sobre o próprio destino e permanência das escolas do campo. (Molina; Rocha, 2014, p. 293).

Defendemos a ideia de que o educador do campo deve antes de tudo ter amor pela profissão e pela localidade onde está atuando, muitas das vezes acabam perdendo o interesse no magistério devido a inúmeras condições adversas que são apresentadas a ele, como: distância da escola, infraestrutura, e também devemos citar o piso salarial que todos nós sabemos não é atrativo para a entrada de profissionais qualificados para esse serviço de

extrema grandeza para nosso país para nosso país, além da rotatividade dos professores que acaba prejudicando a elaboração da Pedagogia da Alternância. Existe também a própria demanda que o capital imprime a respeito da qualificação de todos envolvidos na comunidade escolar:

As necessidades impostas pela economia globalizada, cada vez mais dinâmica e competitiva, vem impondo gradativamente aos trabalhadores novas demandas de qualificação e, conseqüentemente, exigindo que os mesmos possuam conhecimentos específicos para que possam assumir novas responsabilidades dentro do atual processo produtivo que é fruto da reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970. (ARRUDA; AZEVEDO, 2015, p.2).

Observando a citação acima, analisamos como uma prática perversa, pois o camponês juntamente com o espaço rural não tem as mesmas oportunidades, haja vista o rural brasileiro historicamente é colocado como espaço de atraso frente ao desenvolvido espaço urbano nacional. Segundo COSTA e LOMBA (2017), O Pronera só foi possível com a articulação de movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Com esses assuntos relacionados sobre a importância de uma educação voltada exclusivamente para o campo, descobrimos que um projeto realmente sério poderá dar condições de igualdade entre todos da comunidade escolar e o PRONERA provou com dados concretos que é um dos poucos com a obtenção de bons resultados. Escreve Esmeraldo (2017):

Com relação ao acesso e à ampliação dos níveis de escolaridade, observou-se que a participação nos cursos do PRONERA possibilitou aos assentados um conjunto de oportunidades que se vincularam à retomada dos estudos, significando uma ampliação dos níveis de escolaridade. (p.7).

Os serviços prestados pelo programa fazem com o que os alunos tenham sua própria dignidade com aulas diversas desde as matérias básicas até assuntos complexos como política, saúde, segurança e logicamente a educação profissional voltada para que este educando aprenda uma profissão e se mantenha no campo e que possa produzir seu sustento sem a necessidade de ir buscar esse recurso nas zonas urbanas, sua vida rural permanecerá rural, muito mais agradável para ele próprio e sua família. Ratificando ainda sobre a necessidade do PRONERA e suas conquistas, o autor insiste:

A negação de direitos aos povos do campo, historicamente recorrente no Brasil, foi o principal elemento mobilizador das lutas empreendidas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, que lutavam por terra. Em meados da década de 1990, aliaram-se para construir o Movimento por uma Educação do Campo, com a compreensão de que o modelo da educação rural não atendia ao projeto de fortalecimento do modo de vida camponês. Havia projetos em disputa seja para desencadear a luta por terra, seja para garantir educação para as populações assentadas. A crítica se fazia por outra base pedagógica que considerasse o modo de vida, de produção e reprodução que resguardasse os modos de ser e estar em condição de existência camponesa. O movimento configurou-se então como um conjunto estruturado de princípios, conceitos e práticas, que trazia um sentido profundo de crítica ao capitalismo, desde sua perspectiva espoliadora ao trabalho autônomo e referenciado na liberdade e no domínio dos meios de produção, até a captura das sociabilidades que sustentavam comunidades tradicionais. O movimento partia, assim, da materialidade vivida pelos camponeses para expressar suas contradições e por ela anunciar outros projetos em disputa. A educação que

se apresentou é herdeira dos movimentos de Educação Popular e passou a se denominar Educação do Campo. (ESMERALDO, 2017, p. 5).

Endossamos que o PRONERA nos governos petistas em especial durante o período do presidente Lula, o programa conseguiu atingir um público heterogêneo, todavia seu início relacionado com o I ENERA foi fundamental para que o projeto realmente acontecesse, todavia entendemos que não só pelos movimentos sociais que foram responsáveis pela criação do programa, mas também a conjuntura internacional corroborou bastante para que um governo neoliberal adotasse medidas a esse respeito. Banco Mundial, FMI entre outros foram organismos que pressionaram bastante o governo brasileiro de FHC (1994/2002) para a adoção de políticas públicas voltadas, aja visto como citamos anteriormente os governos tinham uma plataforma bem clara de priorizar o grande capital, ao mesmo tempo não apresentava uma estratégia educacional para as minorias e então passou a sofrer pressões externas para a adoção de um modelo educacional que beneficie um determinado grupo que no caso possa utilizar a educação agrícola. Caldart (2011), escreve:

O projeto hoje hegemônico de desenvolvimento do campo, que significa, na verdade, um projeto de expansão do capital no campo, tem como característica principal o controle da agricultura pelo capital financeiro internacionalizado. Este controle é feito, de um lado, pela compra de ações pelos bancos de empresas que atuam em diferentes setores relacionados à agricultura; de empresas que compram outras empresas para dominar os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas, aproveitando-se do processo de “dolarização da economia mundial”; das regras impostas pelos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas, de acordo com os interesses das grandes empresas e do crédito bancário voltado ao financiamento da “agricultura industrial”. Por outro lado, pelo abandono dos governos à implantação de políticas públicas de proteção do mercado agrícola e da economia camponesa e da aplicação de políticas de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista. O resultado visível dessa lógica é de que, em duas décadas, aproximadamente, 30 grandes empresas transnacionais passaram a controlar praticamente toda a produção e o comércio agrícola do mundo (St. A consequência estrutural é um processo acelerado de marginalização da agricultura camponesa, cada vez mais sem papel nessa lógica de pensar o desenvolvimento do País. (p, 77).

Deixamos claro aos leitores que não é de nosso interesse desmerecer as lutas sociais que conseguiram do Estado a criação do PRONERA, mas negar o fato que o contexto internacional foi o dinamismo que faltava é subtrair a história real. Costa e Lomba (2017) argumentam em se tratando deste assunto específico:

As parcerias articuladas durante o I ENERA e a mobilização social foram ações importantes para a consolidação do Pronera como política pública de educação para a população assentada. Conforme o item I da Portaria Nº. 10/98, o PRONERA tem como objetivo “fortalecer a educação nos projetos de assentamentos de Reforma Agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável das áreas de assentamentos”. (p. 227).

Para Mochida (2015, p. 17), o Estado tem o dever de criar, manter e ampliar as condições básicas para seu fortalecimento e sustentabilidade, o que poderia repercutir na melhoria da dinâmica e ambiente das comunidades e na movimentação da economia local.

As boas condições de um ambiente escolar, seja ele rural ou urbano, é fundamental para chegarmos a uma educação realmente libertadora brasileira, livre de vícios que possam prejudicar profundamente o caminhar dos discentes. Estatisticamente nos últimos 12 anos o campo obteve saltos importantíssimos na educação, ainda assim, é algo que não podemos encerrá-lo dizendo que toda a proposta foi resolvida, Forgiarini, Longo e Machado (2013). Alguns dados podem ser elucidados com total clareza utilizando o manual do PRONERA de 2016:

Em 2015, o Relatório Final da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (II PNERA) 1, realizada conjuntamente entre o INCRA, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo (UNESP), concluiu que no período de 1998 a 2011 foram beneficiados 164.894 educandos oriundos dos assentamentos de reforma agrária federal. Nesse período, foram realizados 320 cursos por meio de 82 instituições de ensino em todo o País, sendo 167 de Educação de Jovens e Adultos Fundamental, 99 de nível Médio e 54 de nível Superior. Os 320 cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação. (MANUAL DO PRONERA, 2016, p. 12).

Interessante é que também durante os governos petistas, algumas mudanças de pensamento em relação ao uso da terra foram adicionadas a nova realidade que passamos a enxergar na nova década:

Com o governo Lula mudou-se o discurso da desapropriação de terras improdutivas, como algo já resolvido, para o discurso da qualificação dos assentamentos. Por outro lado, nesse mesmo período ocorreu o aumento da quantidade de ações realizadas pelo INCRA e a diminuição da quantidade de servidores. (RODRIGUES, 2015, p. 5).

Com inúmeras constatações, Lula e Dilma não fizeram tudo que deveria ser feito realmente, pois, notadamente as manifestações e os questionamentos sobre a reforma agrária foram quase que nulos durante 13 anos de gestão presidencial do Partido dos Trabalhadores. Uma das possibilidades para a diminuição considerável dos protestos é exatamente o fim dos presidentes alinhados avultadamente com a proposta do capitalismo informacional. Ainda na fase do governo PT e mais precisamente no governo do Presidente Lula, encontram-se alguns fatos relacionados ao PRONERA como:

O PRONERA ganha fôlego a partir do apoio governamental, se consolida como ação fundamental da política de educação do campo, entretanto não vai, além disso: um programa que contribui no desenho de uma política de educação para o campo. Que atende a tudo (todas as modalidades), mas contempla muito pouco, visto que sequer a demanda educacional dos assentamentos por alfabetização dos jovens e adultos é atendida plenamente. Ou seja, dentro da estrutura do Neoliberalismo da Terceira Via o programa educacional continuará sempre programa, entretanto, apoiado e definido por um conjunto de organizações sociais e estatais com tal legitimidade que dificulta tornando quase impossível para a classe trabalhadora perceberem que tal ação da forma como se consolidou não garantirá seus interesses. (CARVALHO; SANTOS, 2014, p. 12).

Primordialmente, como relacionamos os governos Lula para este trabalho e temos o PRONERA como principal personagem de pesquisa, entendemos que após algumas leituras,

quando o Partido dos Trabalhadores conseguiu chegar à presidência depois de três derrotas seguidas, a ótica com relação ao Pronera e a outros programas sociais mudou, como afirma Diniz e Franco (2018):

Com a ascensão de Lula à Presidência da República em 2003, o programa volta a tomar o rumo do fomento à gestão participativa. Nesse sentido, o ano de 2004 pode ser considerado um marco na consolidação do PRONERA como uma política pública operacionalizada por uma gestão participativa e compartilhada, tomando como referência o que se consolida no Manual de operações editado nesse ano. Este consiste num documento institucional que regulamenta as ações do PRONERA, dando os direcionamentos regimentais para a operacionalização das ações do programa. (p.7).

Partindo dessa premissa, o programa conseguiu realmente atingir um número maior de pessoas que outrora precisavam se deslocar em grandes distâncias para estudar numa escola urbana. Nesta questão ainda afirmam:

As ações do PRONERA são motivadas pelas demandas das diferentes organizações da população do campo inscritas e beneficiárias dos programas de Reforma Agrária fomentados pelo INCRA. Os beneficiários da Reforma Agrária (nomenclatura adotada pelo INCRA), por meio das organizações, movimentos e sindicatos, identificam a necessidade de alfabetização e qualificação em diversos níveis de sua comunidade para formar uma demanda. (DINIZ, FRANCO, 2018, p.5).

Sobre os agentes beneficiados num primeiro momento deste recurso do governo, Molina (2011) disserta:

O Programa começou com a demanda de alfabetização de jovens e adultos, a partir das prioridades advindas do I Censo Nacional da Reforma Agrária, realizado em 1996, que revelou, à época, a existência de 43% de analfabetos nas áreas de assentamentos. Por isso, o início se deu com a prioridade de ofertar alfabetização a jovens e adultos e, simultaneamente, formar educadores das próprias áreas de Reforma Agrária, para atuar nestes processos de escolarização com mais qualidade e regularidade. A partir daí, foram se desenvolvendo ações de alfabetização e formação de educadores; oferta dos anos finais do ensino fundamental e médio para os jovens e adultos que se alfabetizavam; e também foram se construindo formas para atender as demandas de cursos técnicos profissionalizantes e superiores para os assentados. (p. 36).

Efetivamente foi observado que as demandas destas ações não ficariam apenas com a alfabetização, pois o número de assentados não era de pessoas analfabetas e sim uma complexidade de carências na formação educacional dos alunos envolvidos, todavia em um local deste tipo há cidadãos que são alfabetizados, mas não conseguiram concluir seus estudos.

Um aspecto relevante nos cursos do PRONERA é a prática da parceria, usada a título “de colaboração, cooperação, partilha de compromissos e de responsabilidades (Mochida, 2015, p.5). Assim como o território brasileiro é muito grande, a criação de escolas do campo demanda muito investimento do estado, e sabemos que investir na educação é realmente uma missão bem difícil em se tratando de Brasil.

Mochida (2015) ainda traça outro paralelo em relação a educação brasileira na zona rural, historicamente, apresenta índices deficitários, quer em relação à sua infraestrutura, quer

em sua qualidade. O PRONERA é uma solução inspiradora para outros programas sociais realizados durante os governos do Partido dos Trabalhadores, mesmo tendo seu início no período do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, o projeto é muito importante para a comunidade rural brasileira. Para Fernandes (2012):

O PRONERA se estabeleceu como uma ampla referência que inspirou outras políticas públicas constituindo diversas pedagogias: da terra, da alternância, em movimento, sempre voltadas para a formação e para o desenvolvimento, criticando a subalternidade e a dependência. (p.20).

É relevante citar que a educação agrícola precisa ser uma ação conjunta entre todos os envolvidos para termos números que possam comprovar o êxito entre todos os envolvidos. Camacho (2015):

O PRONERA é constituído numa parceria entre universidades, movimentos sociais e governo federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, este programa se constrói por meio de um modelo de gestão tripartite. Demonstrando um avanço na gestão democrática das políticas públicas no país. Seus projetos se orientem por cinco princípios fundamentais: a inclusão, a participação, a interatividade, a multiplicação e a parceria. (p. 120)

Nos primeiros anos, devido a inúmeras desconfianças, o PRONERA ficou com números tímidos levando em consideração que o Brasil é um país com dimensões continentais, os dados são bem abaixo como podemos ler abaixo:

Por isso, a abrangência do Pronera foi pequena, se comparada às necessidades educacionais dos trabalhadores assentados. De 6.175 assentamentos, o Pronera conseguiu chegar em quatro anos há 2.281 destes. O número de assentamentos foi significativo, mas o número de pessoas sendo alfabetizadas – 109.489 pessoas –, distribuídas em 1.003 municípios brasileiros, não significava muito. Em termos percentuais o Pronera conseguiu alcançar 36,93% dos assentamentos existentes, mas o número exato de pessoas que necessitavam ser alfabetizadas nessas áreas não se conhece ao certo. No entanto, os movimentos sociais e as universidades estimavam que o analfabetismo de jovens e adultos chegava a 60% dos assentados da Reforma Agrária. O próprio INCRA, responsável pela política de Reforma Agrária, não apresentava dados confiáveis sobre a realidade educacional. Segundo pesquisa realizada em 2004 pela Ação Educativa e Pronera. (JESUS, 2015, p. 172).

Tamanha dificuldade para os moradores do campo conseguirem sua inserção, o governo Lula e seus ministros responsáveis criam motivações para que haja um aumento substancial deste público nas escolas rurais. Jesus (2015) escreve:

O Governo de Lula da Silva criou o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade – REUNI (Decreto nº 6.096/2007), exigindo de todos os gestores a adesão com o argumento que somente repassaria os recursos para as instituições que atendessem ao programa e às suas metas, quebrando completamente com o princípio da autonomia universitária; permitiu o processo de privatização e mercantilização do conhecimento com a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.9737, de 02 de dezembro de 2004) que permite a produção de tecnologia por profissionais públicos em empresas

privadas; criou a Empresa de Serviços Hospitalares para administrar os hospitais escola das universidades públicas (Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011); extinguiu dívidas do sistema particular de ensino para com os direitos dos trabalhadores e criou um Programa de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior – o Programa Universidade para Todos – PROUNI (Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 1995). (p. 178).

Programas acima citados foram efetivamente um dinamismo na educação popular, moradores do campo e da periferia tiveram aumentadas as suas chances de entrarem numa universidade pública ou até mesmo particular com bolsas de estudos de até 100%.

Para Bezerra, Neto e Santos (2016) compreender que o auxílio de políticas públicas é fundamental para entender a importância de preservar a soberania da classe trabalhadora frente o capital impositivo, pois, em tempos não muito distantes, a educação era algo exclusivista das elites brasileiras e hoje a educação libertadora e a “chave” para um despertar cultural deste grupo tão numeroso no Brasil. Obviamente, essa educação vem sendo invariavelmente questionada por um governo que defende o capital internacional e não faz questão de esconder isso. Interessante salientar que o PRONERA também motivou a criação de outros programas de igual relevância, como por exemplo, o PRONACAMPO:

A conquista do Pronera, que possibilitou práticas e acúmulos que levaram à conquista do Pronacampo, são experiências concretas de uma ocupação que se pretende consolidar como conquista efetiva enquanto política pública. Sendo assim, a história de sua criação e de suas práticas só pode ser interpretada a partir das tensões que envolvem a relação dos movimentos sociais do campo, com o Estado: da disputa de concepções e de projeto societário por dentro do próprio Estado. Nesse sentido, andar no fio da navalha da contradição coloca-nos o desafio de compreender não o fato em si, como algo isolado, mas o movimento de sua construção, imerso nas tensões e contradições que o envolvem, no momento histórico de sua concepção, conquista e criação. (MOLINA; ROCHA, 2014, p. 228).

Relevante análise que a população rural nunca foi um grupo que aceitos pacificamente as mazelas provocadas por um estado omissivo. Em nossa história temos exemplos clássicos de grupos que questionaram a lógica vigente imposta pela economia de mercado. Para COSTA E LOMBA:

Consideramos o Pronera uma política pública que deu visibilidade à educação dos sujeitos do campo e vem contribuindo para romper com situações de exclusão socioeconômica, política, cultural e educacional que estão postas em nossa sociedade e que favorecem a manutenção das desigualdades sociais no campo. (2017, p. 247).

A dificuldade de termos realmente uma educação inclusiva é bem descrita do Caldart (2008):

Se for fiel aos movimentos sociais de sua constituição, a Educação do Campo combinará a luta pelo acesso universal ao conhecimento, à cultura, à educação com a luta pelo reconhecimento da legitimidade de seus sujeitos também como produtores de conhecimento, de cultura, de educação, tensionando, pois, algumas concepções dominantes (p. 82).

Reconhecer que esse tipo de educação é apenas compensar os séculos que sofremos nas mãos de grupos que notadamente eram nefastos e alheios a causas sociais. Infelizmente, entendemos que acontecem bastantes confusões de conceitos deste grupo preponderante, que geralmente atrela a inclusão a uma reforma comunista de “surrupiar” a riqueza do país, quando na verdade esse tipo de pedagogia enxerga meramente a evolução social e intelectual dos envolvidos.

A própria visão da escola foi resumida a um ambiente punitivo apenas, não como um espaço acolhedor e cheio de trocas de experiências entre toda comunidade, a relação capitalista nos relevou uma face obscura de um ambiente cheio de encantamento. O senso de competição imposto pelo regime criou cicatrizes importantes em nosso povo, como cita Santos (2021):

O sistema capitalista atua no intuito de que o ser humano interiorize os seus fracassos, assuma culpas e erros, que se considere um perdedor e, conseqüentemente, ignore seus valores e autoestima, tendo como único parâmetro, sua própria destruição. Nessa conjuntura, a escola é violenta. Está atrofiada, anestesiada e tragada por um capitalismo feroz. Numa sociedade que se alimenta da mesmice, não há o surto da mudança. Nessa lógica capitalista, a terra é tratada como mercadoria. Através de seus mecanismos perversos, transformam em escombros o que antes era territorialidade e ancestralidade. (p.19)

Ainda sobre essa relação, complementa:

Na educação libertadora, o sujeito atua criticamente na realidade, com uma presença curiosa perante o mundo. Ele se preocupa com a formação crítica e não apenas com a transmissão fria, autoritária e conservadora do conhecimento. A produção de tal conhecimento deve estar diretamente conectada com a realidade, problematizando sua dimensão histórica. (SANTOS, 2021, p. 11).

Entendemos que a base de um diálogo democrático passa inevitavelmente por uma educação que possa adentrar a todos os recintos sem esbarrar em entraves ditatoriais ou ainda de uma educação tecnicista. Sem uma pluralidade de ideias, as partes envolvidas dentro da escola ou até mesmo dentro da sociedade não evoluem.

Atuações precisas e necessárias como citada acima não eliminam problemas de aplicações dentro da esfera social. Falaremos neste momento sobre alguns entraves para a total realização de programas sociais em especial o nosso objeto de estudo trabalhado nesta dissertação. Já neste momento achamos importante uma citação de Silva (2012):

A escola rural, no Brasil, foi construída, tardiamente, e sem o apoio necessário por parte do Estado para que se desenvolvesse. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, sobretudo, no meio rural. A educação rural não foi nem sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891 (Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, 2002). É evidente, na história da educação brasileira, o descaso das elites dominantes para com a educação pública, particularmente, em relação às escolas rurais. (p. 3).

O comentário de Silva já é bastante claro sobre o descaso de políticas públicas a respeito da educação popular no Brasil, deixamos claro que o espaço rural foi e ainda é o mais ultrajado por nossos governantes no que tange esse grande universo que é a educação de nossas crianças, jovens, adultos e idosos. São tantas as dificuldades para a formação de um

aluno no ambiente rural, causando pra os discentes muitas vezes uma educação alienante. Iremos começar com a questão conhecida como a evasão dos alunos das escolas rurais, uma das explicações para este fato específico é relatado por Costa e Lomba (2017):

Os problemas da EJA no campo são enormes. A educação rural no Brasil frequentemente trabalhou na perspectiva de importar para o campo um modelo urbano, que nada mais fez do que estimular parte desta população a deixar o campo ou a escola. Parte deste ensino urbano passou a reforçar a desqualificação do camponês, representando o campo, no imaginário popular, como local de atraso em relação ao novo sistema industrial capitalista que se implantava, estimulando o êxodo rural, das mulheres e, especialmente, da juventude. (p. 208).

O discente rural ainda em muitos casos não é visto como um ser do seu território e muitas das vezes quiçá a maioria delas, o aluno rural tem que lidar com um modelo educacional urbano, ou seja, totalmente diferente daquilo que espera causando desânimo de continuar a frequentar a escola acabando gerando o trancamento da matrícula ou simplesmente o abandono.

Outra observação a ser feita em relação ao programa federal é a ausência de escolas efetivamente rurais, obrigando ao público a uma migração pendular todos os dias. O fechamento das escolas rurais corrobora para o decréscimo de alunos e conseqüentemente o fim destas escolas se torna um fato costumeiro em nossa sociedade. A lei número 12.960/14, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff teve o caráter de dificultar o fechamento das escolas do campo como afirma o site Agência Brasil (2014):

Além de exigir que o órgão normativo opine sobre o fechamento da unidade de ensino nessas áreas, a lei também estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola.

O projeto é de autoria do Executivo e ao justificar a proposta o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas do campo. Segundo ele, decisões tomadas sem consulta causam transtornos à população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

Em fevereiro, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocuparam o saguão da portaria principal do Ministério da Educação por duas horas para protestar contra o fechamento de escolas no campo. (p. 1)

Testemunhamos na leitura da citação que o número de escolas fechadas é assustador. 13 mil instituições de ensino entre 2009 e 2014 em pleno governo que foi eleito em 2002 para diminuir a quantidade de analfabetos e aumentar a oferta de oportunidades técnicas para os envolvidos é no mínimo uma ação de hipocrisia para os eleitores que confiaram na promessa de melhorias no ensino brasileiro. Dados do ano de 2007, já com Luiz Inácio reeleito reforçam a grande dificuldade em beneficiar por completo a sociedade camponesa de nosso país, variados impasses são detectados como veremos abaixo:

Portanto, a educação do campo é um dos grandes desafios educacionais do Brasil que está articulado com a questão agrária e com a reforma agrária. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) terminou em 2007 e se faz necessário o balanço e a continuidade do Plano em sua III Versão que deve avançar, visto os limites da implementação do II PNRA. O II PNRA tinha como meta número 1 implantar em cinco anos 550 mil novos assentamentos e; número 2, regularizar 500 mil posses. Além, é óbvio, da meta 3, relativa

ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (ex-Banco da Terra do Banco Mundial), que previa assentar mais 150 mil famílias, e da meta 7, que previa reconhecer, demarcar e titular as áreas das comunidades remanescentes de quilombo. (Junior; Taffarel, 2009, p. 2).

Quando se observam os dados relativos as 163 mil famílias de fato assentadas pela reforma agrária, verifica-se, em termos regionais a distribuição do percentual de cumprimento de metas foi a seguinte: o Norte cumpriu 19%, o Nordeste 43%, o centro-oeste 31% o Sudeste 20% e a região sul brasileira 19%. Virgula o rio de janeiro segundo maior apenas 22%. Observando esses dados nem mesmo os governos de esquerda no Brasil conseguiu uma política de integração de terras capaz de resolver a distribuição das terras no país (Junior; Taffarel, 2009).

A ideia principal em colocar esses dados em nossa dissertação, é mostrar que mesmo com uma plataforma voltada para a aplicação deste programa social definida pelo governo daquela época, notamos que os objetivos estão longe de chegarem a um desfecho que realmente possa ser interessante para todas as partes envolvidas, logicamente que na República brasileira não há um governante unitário e sendo assim muitos dos entraves além de passar pelo executivo, também navega pelo legislativo e algumas ações são bloqueadas por algum motivo específico pelos nossos políticos.

Reforçamos aqui que criação deste canal educacional foi e é muito importante, porém uma das dificuldades para uma educação verdadeiramente libertadora são as imposições e as regras o que acabam tornando o ensino algumas vezes simplório e enfadonho, visto que a liberdade de pensamento, produção são interrompidas e os alunos são obrigados a seguirem apenas uma forma de aprendizado. Miranda (2020) escrever sobre isso:

O acesso à educação formal a todos os cidadãos brasileiros é garantido constitucionalmente, porém, a promoção desse acesso, a organização curricular e metodológica, assim como os objetivos dessa formação sempre foram definidos pelo Estado e coadunavam com o projeto de desenvolvimento idealizado pelo grupo que detinha o poder. Nesse contexto, a educação a ser ofertada à população do campo visava atender a demanda não dos próprios sujeitos, mas ao idealizado pelo Estado. (p. 48).

Especificamente no Estado de Rondônia encontramos alguns entraves que podemos alocar também em outras Unidades de Federação ou em outras regiões brasileiras, pois, os problemas parecem ter sempre uma simetria, mesmo em locais totalmente opostos geograficamente as lutas para a implementação continuam existindo infelizmente. Souza (2006), afirma:

Os maiores entraves na execução deste projeto estiveram no acompanhamento das turmas, já que se espalharam pelo Estado todo, e sem a parceria do MST, teve dificuldade de discutir e implementar a pedagogia freireana, ficando mesmo no processo educacional de alfabetização tradicional, ou seja, o “Ivo continuou vendo a uva.”

Enfrentaram-se outras dificuldades, como o acesso (agora com o complicador da área ribeirinha), a falta de energia elétrica nas salas de aula, e o atraso no repasse dos recursos, porém superou-se o entrave da dificuldade visual, já que ocorreram alterações nas normas de execução e aplicação dos recursos, autorizando a aquisição de óculos. (p. 257).

O próprio governo ainda tem muitas dificuldades em reconhecer o método Paulo Freire como uma vertente importante para nosso público, claro que não é a única pedagogia

correta, ao contrário, há outras interessantes, não obstante ela nos parece bem interessante a ser aplicada dentro da realidade do aluno rural, tendo como base a comprovação que essa metodologia também foi capaz de alfabetizar em pouco tempo os educandos. Souza (2006) ainda completa:

Os maiores problemas foram a evasão, a maioria por dificuldades visuais e de acesso (estradas), o atraso no repasse dos recursos pelo governo Federal e a mobilização do povo que vive no campo, com suas diferentes identidades e organizações. (257)

Em se tratando de um país com dimensões continentais, a utilização de transportes é de suma importância para garantir o acesso de todos na escola rural, quando isso não está sendo mais realizado o discente acaba se desmotivando a ir até a escola. A evasão se torna cada vez mais intensa.

Ressaltamos que nesses 23 anos de PRONERA, os objetivos totais não foram alcançados, pois com os investimentos baixos e atravessando várias crises políticas desde o golpe de 2016 e a situação econômica do Brasil, nos parece que o panorama da educação agrícola está caminhando para o ostracismo da educação como um todo. O campo brasileiro sempre demonstrou muito afinco nas suas lutas, o respectivo Pronera é um exemplo crasso do que estamos falando. Sobre a educação no campo, ou seja, aquela que é de fato a mais democrática para um povo ávido por conhecimento:

A educação popular pode contribuir na construção do saber libertador, através das histórias de vida dos sujeitos, suas trajetórias de lutas e conquistas, dignidade humana, cidadania e o prazer em trabalhar na terra. Como consolidar uma educação cidadã numa sociedade em que a cidadania é negada a toda hora? Importante ter os educandos, educadores, pais e comunidades participando dos processos democráticos na luta por boas escolas do campo para todos. Não há como fazer uma educação popular e democrática sem investimentos. (SANTOS, 2021, p.12).

Insistindo no viés democrático, o sucesso das escolas rurais é sem dúvida a Pedagogia da Alternância, visto que há um respeito para com o estudante que a na grande parte das vezes é um trabalhador que precisa buscar o “pão de cada dia” e não pode dedicar exclusividade integral nas redes de ensino.

A Pedagogia da Alternância representa uma das mais importantes e significativas estratégias para a oferta da educação básica e para o processo de expansão do ensino superior às populações do campo, pois se constitui pela imbricação de distintos tempos e espaços formativos, denominados “tempo escola” e “tempo comunidade”, possibilitando aos trabalhadores rurais o acesso à formação escolar sem ter que abandonar o ambiente rural, onde vive, reside e realiza as suas atividades produtivas. (BEZERRA; NETO; SANTOS, 2016, p.93)

O tempo escola onde o aluno aprende suas lições aliado com o tempo comunidade, em que coloca em prática aquilo que aprendeu na instituição vem corroborando para que o diferencial possa ser mostrado não só na vida do educando, mas sim em algo mais complexo, a reflexão e ação pautadas para a melhoria do ensino (Silva, p.41).

Mas, como um líder oriundo do Nordeste brasileiro, pobre, com dificuldades e que conhece todos os problemas das camadas menos favorecidas do nosso país potenciou a educação do campo brasileiro? Encerramos esse primeiro capítulo com essa grande questão a

ser respondida. Lula de fato foi um presidente que sempre primou por melhorar o acesso do pobre à educação, todavia, com gigantescos problemas dentro do seu governo, a política educacional ficou incompleta, mas inegavelmente como escrito acima, a educação brasileira deu um salto bem notório rumo a dias melhores.

O golpe de 2016 ¹foi crucial para os caminhos de a educação sofrerem um colapso, os avanços do PRONERA e de outros programas sociais foram utilizados como desculpa para gastos elevados e que nessa nova fase os investimentos seriam reduzidos. O atual governo usa a fatídica palavra “contingenciamento” das verbas para setores da educação básica, técnica e superior para se ter a retomada dos investimentos na área.

O decreto nº 20.252 publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 2020 reorganiza a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfraquecendo programas importantes para o desenvolvimento dos Movimentos Sem Terra e Quilombolas.

Na reestruturação, o governo extingue a Coordenação responsável pela Educação do Campo. Assim, fica inviabilizada a continuidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, voltado para a formação de estudantes do campo. (CALDAS, Ana Carolina, Brasil de Fato, 2021).

Finalizamos essa primeira parte com um apelo para nossos representantes no governo que eles possam voltar a dedicar uma parcela significativa para a educação em nosso país. Outro detalhe que ajudou a contribuir para essas confusões governamentais da atualidade com certeza foi a pandemia do Covid-19, pois, o que já estava bem difícil, piorou devido a ineficiência e a falta de critérios para reduzir os impactos desta terrível doença em nossa nação. Com a chegada de novas vacinas de outros laboratórios pode ser que consigamos retomar nossas vidas por completo, deixamos aqui nossos sentimentos mais sinceros àqueles que de uma maneira ou de outra sofreram com essa doença terrível em suas vidas.

No capítulo dois abordaremos a atuação do PRONERA no âmbito do estado Rio de Janeiro, todas as suas especificidades serão levadas em conta. Citaremos algumas instituições que fazem uso do sistema de educação do campo que notadamente vem fazendo a diferença para essa população que sempre padeceu de um olhar mais carinhoso do poder público brasileiro.

¹ OLIVEIRA, Tiago Bernadon. **O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo**. *Historiæ*, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016

2 CAPÍTULO 2

O PRONERA E SUA ATUAÇÃO DENTRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Neste capítulo iremos abordar as ações relevantes do PRONERA dentro do Estado do Rio Janeiro, suas ações afirmativas que levaram algumas sociedades o ensino de qualidade às pessoas que outrora não tinham chances de se alfabetizarem ou até mesmo cursar uma universidade pública, tamanha a exclusão social que a própria vida e o sistema os impuseram.

Para tratar deste assunto devemos citar alguns eventos históricos que marcaram essas dificuldades mencionadas acima. O Rio de Janeiro foi a capital do Brasil entre os anos de 1763 e 1960 e sendo assim muitos grupos de outras regiões e até mesmo de outros países europeus migraram para esta terra com o intuito de aproveitar as riquezas que a localidade poderia oferecer. Era o famoso ciclo da mineração.

Essa nova demanda social foi responsável por tornar cada vez mais esse local urbanizado, estradas de terra deram lugar a ruas com calçamentos, o rural e o agrário foram se perdendo no tempo, com isso já na fase republicana, a cidade e o estado passaram apenas a atender uma nova política industrial, escolas que poderiam ser abertas em locais estratégicos (próximas ao centro comercial, por exemplo) nem sequer foram construídas.

Devemos salientar que um dos pontos centrais é exatamente mostrar que a população do campo brasileiro não deve deslocar-se até uma zona distante para estudar e sim ter meios que o permitam a frequentar uma unidade escolar nas proximidades, como afirma Esmeraldo e Molina (2017):

Assim é que a educação foi e é um campo de disputa para fazer valer a dinâmica econômica e política que interessa aos camponeses, indígenas e quilombolas. Estudar não deve ser uma ferramenta para sair do campo, e sim para fortalecer esses territórios de vida e de produção camponesa. (p.15).

No Estado do Rio de Janeiro em 2018 existiam quase 100 escolas do campo, com trabalhos diversificados, como poderemos observar abaixo:

A rede estadual de ensino conta atualmente com 93 (noventa e três) unidades escolares consideradas “escolas rurais”. Nestes espaços são desenvolvidas propostas pedagógicas que buscam atender aos sujeitos da educação do campo. Assim, há a atuação nas áreas interioranas identificadas como “campo” ou “rural” que lançam mão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitindo uma opção educativa para as populações que não poderiam cursar uma escola não adequada às estruturas cíclicas do trabalho rural, muito ligado ao tempo das estações do ano, distinto do cronológico, e sujeitos aos deslocamentos entre áreas de plantio e colheita, conforme as especificidades da atividade desenvolvida. Por isto, a Educação de Jovens e Adultos é mais uma opção de certificação de estudos formais oferecida para as pessoas que, com mais de dezoito anos de idade, desejam continuar os estudos obtendo a diplomação correspondente.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que deve ter a aprendizagem pautada na ressignificação, na identidade, na territorialidade, na autonomia, na liberdade de expressão. O atendimento a estudantes, que interromperam a conclusão de seus estudos no tempo e idade certa, deve ser estimulante para que não abandonem a escola novamente. O educador deve dar voz para que eles se sintam participantes de sua própria educação e cidadania. (Coutinho; Sousa; et al, 2018, p.34).

Segundo pesquisa, o estado do Rio de Janeiro apresenta 93 escolas do campo, um número que a princípio pode até parecer satisfatório, entretanto, está longe do número que possa efetivamente satisfazer todo o público em questão. Além do problema de infraestrutura que citaremos a seguir neste trabalho falta professores para atuar nesse seguimento.

A Seeduc não vem convocando os professores que passaram em concursos públicos desde 2011 e isso acaba fazendo com que naturalmente falte professores nas escolas urbanas e mais ainda nas escolas rurais do estado. Atualmente foi noticiado que a secretaria de educação iria convocar 600 professores remanescentes dos últimos exames realizados.

Os trabalhos desenvolvidos com maior atenção são voltados para a educação de jovens e adultos (EJA), geralmente essa modalidade é realizada no turno da noite o que acaba gerando uma maior problemática já que esse professor não é morador do bairro ou da cidade onde atua, sendo assim, o desinteresse desse profissional dar aulas longe da sua residência é cada vez maior.

A EJA por si só trabalha com conteúdos muito diversificados, não somente com os conteúdos programáticos, mas sim aulas de cidadania, direitos humanos, conceitos de territorialidade, liberdade de expressão, enfim, ideias muito mais complexas e importantes que os educandos não conheciam porque tiveram que encerrar seus estudos por algum motivo plausível. Daí a grande responsabilidade de manter a chama da esperança acesa é do docente, da equipe pedagógica e muito do estado.

2.1 O PRONERA no Rio de Janeiro

Começaremos citando a história do Quilombo de Santa Rita do Bracuí sediada na cidade de Angra dos Reis e a escola Municipal Áurea Pires da Gama que foi condicionado a Escola Quilombola no ano de 2015 durante o governo de Dilma Rousseff, com trabalhos específicos e com professores oriundos da própria região vem se desenvolvendo cada mais, inclusive chamando a atenção da UFF (Universidade Federal Fluminense).

No ano de 2015, a EM Áurea Pires da Gama foi reconhecida como escola quilombola. No entanto, as resistências dos professores para trabalhar com um currículo diferenciado se radicalizaram. Apenas uma parcela dos educadores demonstrou ter, de fato, uma implicação com a escola e sua história. A ARQUISABRA, no entanto, basicamente por conta de dona Marilda de Sousa Francisco – funcionária na EM Áurea Pires e uma importantíssima educadora popular, griô e liderança quilombola – continuou a realizar a sua forma de educar através das visitas que as escolas e as universidades realizam ao quilombo. Importante ressaltar que o quilombo foi alvo de vários projetos – dentre eles os Projetos Passados/Presentes e o Pontão de Cultura e do Jongo, ambos promovidos pela UFF. O projeto Passados/Presentes mapeou todos os pontos de memória do Quilombo que são hoje referências importantes para essas visitas pedagógicas e para o turismo de base comunitária. (Benácchio; Campos, 2018, p.23).

Constatamos acima que ainda há por parte de educadores, pedagogos e diretores uma ressalva em promover uma nova educação, muitos ainda estão presos e amarrados a um jeito de ensinar tecnicista, quando de fato a escola deve ser um ambiente agregador e não o oposto. A escola popular deve ter um papel inovador habilitando todos os seres envolvidos a ter a liberdade de se expressar e aí neste sentido, destacamos a função do griô dentro das instituições quilombolas.

Escolas quilombolas são essenciais para manter as tradições daqueles que estudam e vivem naquela realidade. Sabemos que o Brasil foi o último país a estabelecer a abolição da

escravatura no ano de 1888 e mesmo assim devido a uma grande pressão inglesa feita no fim do século XIX que almejava aumentar seu mercado consumidor aqui em nosso país e na América do Sul no Geral. O dia 13 de maio, é preciso que seja lembrado com uma data importante para o povo preto brasileiro, porém ainda assim não representou a liberdade efetiva já que os libertos não encontraram na sociedade um espaço livre para uma convivência pacífica.

Os griôs surgiram na África, são eles os responsáveis por contar a história de seu povo, um serviço de extrema importância para uma sociedade que durante muito tempo sofreu com a escravidão mercantil e que até hoje as marcas desse passado são latentes dentro das suas vidas. A escola Municipal Aires Pires da Gama merece evidência dentro deste trabalho exatamente pelo fato de lutar contra um sistema que muitas das vezes nega a utilização de pedagogias de inserção dentro do ambiente escolar e social.

Citaremos também a educação do campo através da atuação da SEEDUC (Secretaria de Estado de Educação), sua atuação específica dentro do universo rural. Alguns exemplos serão abordados a seguir como EJA no PROJOVEM e educação indígena.

No Estado do Rio de Janeiro foi implementado no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, nas Regionais Norte Fluminense, Noroeste Fluminense e Médio Paraíba (entre 2012 e 2014), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. O programa instituído pela Presidência da República, por meio da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, teve como objetivo promover a integração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, com base nas seguintes observações:

- a) a necessidade de se construir uma política educacional que reconheça as necessidades próprias e a realidade diferenciada do campo e a superação da desigualdade histórica que sofrem seus sujeitos;
- b) a necessidade de promoção e integração de metodologias adequadas às especificidades da educação de jovens e adultos do campo;
- c) a necessidade de promover a inclusão de atividades curriculares e pedagógicas direcionadas para um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário no campo, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002. (COUTINHO; SILVA; SOUSA, et al, 2020, p.35).

É mister entendermos que toda política educacional possa atender todos sem discriminação, notamos que as práticas utilizadas nas escolas do campo nunca se querem igualaram-se com a educação adotada nos grandes centros urbanos. Cabe ao poder público reparar esse erro e iniciar uma grande reformulação dos seus princípios na educação nacional.

Deve-se adotar práticas de ensino que realmente possam ser usadas na escola rural, quilombola, etc, coisas que podem ser trabalhadas de acordo com o público, sem que não aja nenhum tipo de limitação para o educando também possa aprender coisas novas, a sala de aula deve ser uma espécie de portal para que ele se veja em uma outra realidade e que o direito de sonhar lhe seja garantido por lei.

A inclusão do alunado como observamos é garantido por lei e práticas pedagógicas que o mostre inserido em um constante desenvolvimento intelectual, social, político é mais do que um trabalho da escola é uma grandiosa e honrosa missão.

No final da década de 2000 e início da atual, aconteceram transformações importantíssimas em nosso país, o aumento do PIB, da Classe média e o poder de compra dos brasileiros fez com que o governo pudesse fazer melhorias na educação brasileiro. Era notório que a inserção do jovem dentro da escola seria o diferencial para que o Brasil alcançasse

números respeitados na ONU e com isso conseguir seu lugar dentro do conselho de segurança daquela instituição.

Desde a época do fatídico MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1970 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici durante a ditadura civil-militar no Brasil os jovens e adultos tinham o direito efetivo à educação respeitando suas peculiaridades, todavia, sabemos que a adesão era baixa e o trancamento das matrículas obtinha números enormes. Salientamos que o PROJOVEM além de garantir ao seu público uma relativa boa escola, também os formava em profissionais técnicos justamente para enfrentar esta década altamente desenvolvida na área de tecnologia.

Sobre as escolas indígenas devemos aqui uma observação mais efusiva, pois também é uma prática sistemática do espaço rural brasileiro. em se tratando deste assunto específico, Coutinho, Silva e Sousa (2020), consideram:

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade destinada a populações específicas, em respeito a uma cultura tradicional ainda viva e fortemente atuante. Essa modalidade de ensino é diferenciada para garantir as características estruturais da cultura, a manutenção de seus valores e costumes e a língua do respectivo povo indígena. Essa modalidade possui uma Matriz Curricular específica para atender as especificidades do povo indígena da etnia Guarani, nos diferentes níveis de ensino. O colégio indígena caracteriza-se por um polo e quatro dependências, ou seja, quatro salas de extensão, localizadas em terras indígenas, a saber:

I - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda – Aldeia Sapukai – Rodovia Rio Santos Km, 114 Bracui, Angra dos Reis (26Km da cidade de Angra dos Reis) – RJ. A aldeia Sapukai é a maior com 700 hectares demarcados, localiza-se no alto de um morro conhecido como Bico da Arraia, no Sertão do Bracui, na serra da Bocaina, distante 6 km da Rodovia Rio - Santos.

II - Sala de Extensão Karai Oka – Aldeia Araponga s/nº - Patrimônio – Paraty (no sul da cidade de Paraty, dentro do Parque Nacional da Terra da Bocaina) – RJ. A aldeia ocupa um território de 223 hectares, em área montanhosa de difícil acesso a 600 metros acima do nível do mar, tendo como referência os morros dos Cruzeiros e da Forquilha.

III - Sala de Extensão Tava Mirim - Aldeia Itaxim s/nº Paraty Mirim (18km de Paraty por estrada) – RJ. A aldeia ocupa uma pequena área de 79 hectares a 200 m acima do mar.

IV - Sala de Extensão Rio Pequeno (a ser criada) – Estrada Rio Pequeno s/nº Aldeia Rio Pequeno – Barra Grande – Paraty – RJ

V - Sala de Extensão Kunumigue Arandua – onde funciona o magistério indígena – localiza-se no CE Dr. Artur Vargas – Angra dos Reis – RJ. (p. 35-36)

A SEEDUC com o apoio da UFF (Universidade Federal Fluminense) no caso da educação indígena escolheu trabalhar com a Pedagogia da Alternância, pois no caso das famílias indígenas o tempo escola e o tempo comunidade possuem o mesmo grau de relevância. Crianças, jovens e adultos precisam manter sua cultura que outrora também foi alvo do colonizador europeu, entendemos que a educação deste grupo é contínua e que os ritos e tradições precisam e devem ser preservados.

Ainda sobre a educação indígena do povo guarani, há um grande desafio, que seria a formação de professores da própria aldeia uma vez que dentro deste modelo estabelecido pelo estado brasileiro, a formação é bilíngue (guarani e português) se faz presente, pois, com o estudo da sociedade do homem branco que tem por bem não os diminuir, mas sim objetivando a troca de informações e culturas entre as partes envolvidas.

Cabe aqui também uma menção aos nativos brasileiros que desde a colonização foram obrigados a se desfazerem de parte de sua cultura para se tornarem cristãos dentro do Brasil-colônia. Ao longo dos séculos acompanhamos que as terras indígenas (TI's) nunca tiveram uma grande atenção pelo estado, basta lembrar que a primeira vez que o povo nativo brasileiro obteve alguma atenção foi na constituição de 1988, ou seja, a nossa última carta magna, antes disso o Brasil já havia editado outras 7 cartas constitucionais e nenhuma delas dedicou uma parte considerável aos indígenas de nosso país. Segundo Coutinho, Silva e Sousa (2020):

Os projetos educacionais no meio rural fundamentam-se em ações específicas para o contexto social no qual as escolas estão inseridas considerando de forma essencial a construção de uma concepção curricular vinculada à realidade local dos estudantes sob a perspectiva de se ofertar os conhecimentos voltados para as especificidades culturais destas populações. (p. 38)

Não adianta criar uma proposta para atender as comunidades específicas sem antes ouvir as partes mais interessadas. A educação rural deve ser tratada como um principal instrumento para ofertar o conhecimento a essas pessoas, pois, assim teremos efetivamente uma educação transformadora dentro daquilo que se realmente propôs.

Escolas em ambientes longes dos centros urbanos precisam de um suporte bem maior, pois como temos muitas extensões de terra Brasil adentro um conjunto de infraestrutura precisa ser criado o mais rápido possível que realmente atende à demanda rural.

A escola diferenciada é onde todos os alunos querem estar, o professor é aquele que se põe como um interlocutor das experiências do conhecimento, a instituição de ensino é muito mais do que quadro e giz, é um espaço de convivência que precisa ser agregador. Temos muitas críticas aos institutos que valorizam a competição para atender apenas ao capitalismo e esquecem as relações interpessoais, todavia, nessas entidades entendem que o sucesso do educando está somente na aquisição da nota máxima em uma determinada prova ou exame.

Ainda nessa vertente, muitos pais preferem essa linha mais competitiva para a educação escolar de seus filhos. Nas escolas rurais e urbanas as competições devem ser salutares, ou seja, engajada em inteligências múltiplas dentro do processo de aprendizado das crianças, jovens e adultos.

Neste capítulo, estaremos mostrando as especificidades do PRONERA dentro do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, devemos informar também algumas dificuldades da implantação. Aguiar, Carvalho e Silva (2013), sobre as adversidades relatam:

Podemos encontrar uma grande concentração fundiária demarcada pelo poder de um latifúndio atrasado, mas que tem o apoio do agronegócio e que tem trazido consequências tanto para o meio ambiente - o desmatamento, a perda da biodiversidade e contaminação dos solos - como também problemas sociais - grande exploração dos trabalhadores, gerando em algumas regiões condições análogas à escravidão, êxodo rural que resulta na concentração de excluídos nos centros urbanos, a violência e as condições de miserabilidade da população que resiste no campo e também das populações que ocupam as periferias. É nesse cenário de luta contra o latifúndio e do avanço desenfreado da urbanização que os movimentos sociais pautam a importância da Reforma Agrária no estado, em busca de garantias para o acesso e permanência na terra. (p. 100)

Atentamos para um conglomerado de fatores que são consequências históricas. Trataremos de forma superficial um pouco da história desta região dentro do cenário da necessidade de obtermos uma reforma generalizada das estruturas governamentais.

Em 1750, o Primeiro Ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro devido ao descobrimento de metais preciosos em Minas Gerais e como lá não havia saída para o oceano, coube a o Rio de Janeiro fazer as vezes de zona de exportação do minério para a Europa.

A partir desta “beneficie” começamos a notar um grande processo de migração para esta região, fato este que pôs uma grande carência de espaços para a construção de uma rede de infraestrutura para atender essa população, tivemos assim uma ideia majoritária de urbanização enquanto o rural também acabou afetado pela ideia de progresso do espaço rural.

Nos anos de 1930, já na República a ideia era a industrialização, o então presidente Getúlio Vargas incentiva a vinda de novos trabalhadores. Com a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o campo foi esvaziado, uma vez que essas leis contemplavam apenas o trabalhador urbano.

Na década de 1960 foi a vez da Revolução Verde fazer que outra onda migratória da população rural em direção as cidades, com o encarecimento da mão de obra no interior, os latifundiários se viram com mais terras do que outrora. Em se tratando do Rio de Janeiro, coube a Universidade Federal Fluminense realizar um dos primeiros passos para uma educação do campo no Rio de Janeiro.

Sendo assim, o primeiro curso do PRONERA que aconteceu foi entre os anos 1999 e 2000, através da Universidade Federal Fluminense – UFF, que teve como título “Alfabetização de Trabalhadores Rurais em Assentamentos e Acampamentos nos Municípios do Estado”. Este projeto foi realizado em áreas de assentamentos e acampamentos do MST e da FETAG. De acordo com a “Cartilha Nossa Terra, Nossas Vidas: um encontro na História” (2000), produzida a partir da experiência e interatividade entre educadores e a equipe de coordenação, o projeto possibilitou a alfabetização em assentamentos e acampamentos distribuídos por diferentes regiões do estado, cursos de capacitação para os educadores e o incentivo à continuação dos estudos por parte dos educandos\educadores.

Logo após, aconteceu, em parceria entre Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, o MST e FETAG, o projeto “Educação de Jovens e Adultos em Assentamentos de Reforma Agrária”, nos anos 2001 e 2002; e em 2003 e 2004 o projeto “Ações Integradas para Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro”, somente com o MST. (AGUIAR, CARVALHO; SILVA, 2013, p.100-101)

Sobre a participação da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), separamos o terceiro capítulo desta dissertação para expor mais seu trabalho no PRONERA em relação à Licenciatura de Educação no Campo, o qual também faz um trabalho muito interessante nesse âmbito.

Voltando ao início da aplicação do projeto no Estado, para Aguiar, Carvalho e Silva (2013), alguns empecilhos foram determinantes para o atraso da implantação como: demora dos recursos financeiros, porque o INCRA apresentava dificuldade em prestar contas ao governo federal, também os espaços cedidos aos assentamentos não ofereciam uma infraestrutura adequada para as realizações das aulas, como por exemplo: cadeiras infantis para adultos, falta de merenda, aulas noturnas que dificultavam os educandos a conseguir enxergar a matéria escrita no quadro negro, até porque muitos alunos já eram idosos. Com

tantas dificuldades o número de evasão foi elevado. Conferimos também outro problema neste início, os autores escrevem:

A curta duração dos cursos do PRONERA\EJA realizados no estado do RJ é vista como um problema. O tempo perdido por conta dos atrasos nos recursos e paralizações dos projetos, associado ao fato de o período das aulas em determinados momentos coincidir com a época de maior trabalho na roça, o que leva a uma maior ausência dos educandos nas aulas, tem sido um entrave para o maior êxito do programa. No campo pedagógico, a curta duração pode ampliar a possibilidade de, ao invés de alfabetizar, transformar os educandos em analfabetos funcionais. Neste sentido, tem sido cada vez maior por parte dos movimentos sociais, dos coordenadores dos projetos e de aqueles que pesquisam o PRONERA a luta pela ampliação do tempo de duração dos projetos de EJA. (AGUIAR; CARVALHO; SILVA, 2013, p. 103).

Circunstâncias que acontecem no Brasil como enxergamos acima são uma máxima, as paralisações por fatores diversos são muito recorrentes gerando um desânimo de todas as partes envolvidas. A utilização da Pedagogia da Alternância é de suma importância para a evolução da aprendizagem, mas se não obtiver uma política que possa valorizar o tempo escola e o tempo comunidade a balança tenderá a desigualdade, uma vez que, nosso aluno rural na grande maioria é responsável pelo sustento da família.

Em se tratando de algo mais recente, no dia 26 de fevereiro de 2021 reuniram-se professores do Instituto Federal Fluminense no Campus de São Jesus de Itabapoana com o objetivo de pensar a educação agrícola no contexto pandêmico do Covid-19, levando em consideração as especificidades do modelo de educação implantado até aquele momento. Destacam-se as adaptações e movimentos necessários para redefinir os programas de formação, especialmente na reordenação de horários e procedimentos durante a pandemia de Covid-19. A ideia original do projeto era oferecer treinamento presencial contínuo para educadores rurais, mas as dificuldades de conversas com os alunos obrigaram a adoção de trabalho remoto e espaços de trabalho ampliados.

Nessa mudança de planejamento, foi aprovado um treinamento complementar com carga horária de 80 horas, incluindo cursos síncronos e assíncronos, durante a pandemia. As sessões síncronas ocorrerão em sessões com todos os formadores, equipes de docentes e convidados, enquanto as atividades assíncronas decorrerão através de trabalho e aprendizagem dirigidos pela equipe de professores que fazem parte do projeto. Por ser este momento que não há possibilidade do encontro com muitos participantes objetivando a diminuição e quiçá o fim das aglomerações pelo menos nestes momentos que ainda afligem a vida não só do brasileiro, mas do mundo inteiro.

No Terceiro capítulo teceremos comentários sobre a educação no campo e as ações do PRONERA dentro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Instituição esta que sempre priorizou um ensino superior mais democrático, realmente acessível àqueles que por diversas razões não tiveram a mesma oportunidade de outros no que diz respeito a qualidade de vida.

Escolhemos citar o curso de Licenciatura do Campo e a sua parceria com o PRONERA ao longo dos anos, mencionando os avanços e entraves desta graduação.

3 CAPÍTULO 3

O PRONERA E SUA ATUAÇÃO DENTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM ÊNFASE À LICENCIATURA DO CAMPO

Nesta parte final deste tão importante trabalho de dissertação, resolvemos citar uma outra grande conquista social para a educação agrícola do Brasil, as Licenciaturas do Campo (LEC's). Sob a supervisão do PRONERA, as LEC's vem ao longo dos anos fazendo a diferença na formação dos alunos do campo, pois, o que chama a atenção deste curso superior é exatamente o fato dos professores serem formados exatamente para terem condições de ministrar aulas para um público diferenciado, o público rural, que outrora se encontrava sem aula na sua escola agrícola por diversos fatores já mencionados no primeiro capítulo deste texto.

Deveremos nesta dissertação realizar uma rápida apresentação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). é uma instituição centenária de ensino superior com uma história de quase 112 anos desde sua fundação em 20 de outubro de 1910. Possui o quarto maior campus universitário do continente americano e sua localização é bastante estratégica está posicionada na região metropolitana do Rio de Janeiro, com marcante presença na Baixada Fluminense. A UFRRJ, com sede em Seropédica, com unidades também em Nova Iguaçu e no município de Três Rios. Nos últimos anos passou por um amplo processo de desenvolvimento, nos anos 2000 foi criado o Programa de Reorganização e Expansão da Universidade Federal (REUNI), que visava a ampliação das suas áreas de atuação de forma gradativa. Além dos campus mencionados, a UFRRJ também conta com o Campus Universitário de Campos dos Goytacazes, unidade esta dedicada ao estudo de álcoois de açúcar, com aproximadamente 425 mil metros quadrados, polo importante também para a economia da região.

A universidade para os moradores da Baixada Fluminense tem sido a garantia de grandes conquistas sociais marcantes para uma população que se viu ao longo das décadas o abandono do poder público. Em especial a criação das Licenciaturas do Campo que acaba dando ao povo uma melhor perspectiva em ascensão social com base no estudo.

Em se tratando da criação do curso de licenciatura no campo, foi constatado a necessidade de colocar os moradores no centro dessa discussão, não bastava só ampliar ou realizar a política de reforma agrária, mas sim oferecer ao camponês e outros em condições semelhantes o direito a transformar sua vida também na educação. Para Santos (2017):

A necessidade da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ está posta desde meados da década de 1990, a partir das demandas crescentes nas áreas de Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro e da escolarização dos trabalhadores rurais que atuam na agricultura familiar, garantindo não apenas uma política pública voltada para o desenvolvimento econômico dos assentamentos da Reforma Agrária, mas também uma política pública voltada para o desenvolvimento intelectual e cultural dos trabalhadores e seus filhos, materializada no acesso à escolarização de Ensino Médio e Superior. O Projeto Político Pedagógico traduz, portanto, a união de esforços das áreas de estudos, dos sujeitos e atores da UFRRJ, considerando a prática da diversidade que compõe a LEC. Essa iniciativa nasceu na UFRRJ no ano de 2010, quando foi iniciada a formação de uma turma dos movimentos sociais e sindicais do campo, de representações de povos e comunidades tradicionais do campo e de ocupações urbanas, constituída mediante um

convênio da UFRRJ com o INCRA com base no Edital PRONERA/2009. (p. 2)

O desenvolvimento da práxis educacional para esses povos representou muito mais do que o acesso aos estudos, atuou diretamente na liberdade de pensamento, e conseqüentemente as amarras da ignorância puderam ser rompidas gradativamente a partir do momento em que o cidadão jovem, adulto ou idoso pôde sim sonhar com dias melhores. Fundamentalmente o PRONERA foi um agente transformador na vida de todos os seres envolvidos.

Relacionando mais uma vez a educação com liberdade e conhecimento, fazemos aqui algumas citações sobre nosso passado republicano. Quando Deodoro da Fonseca lidera o golpe de estado e extingue a monarquia, os novos personagens da política brasileira diziam que neste nosso governo todos teriam vez, porém ao recorrer aos livros de História notamos que isso passou longe de acontecer. Durante aproximadamente 36 anos desse governo fatidicamente conhecido como “República Velha”, a população ficou presa a um sistema eleitoral bastante leviano chamado de “voto de cabresto”.

A escola ainda era um objeto distante da maior parte dos brasileiros, a negação ao conhecimento por parte do estado fez com que o público não conseguisse desenvolver um pensamento contestatário ficando cada vez mais atolado nas ordens elitistas.

Portanto, reiteramos que a escola e a educação são fundamentais para o desenvolvimento crítico dos habitantes de uma nação e para ajudar a “limpar” nosso congresso de indivíduos que pensam apenas na lógica capitalista e obviamente aquele que é corrupto.

A criação da LEC rompe esses paradigmas e sabemos que esse tipo de evento incomoda àqueles que enxergam a intelectualidade como algo maligno e tenta a todo custo minar a criação ou a expansão de algo de tão grande magnitude.

Neste contexto, a LEC/UFRRJ viria a ser mais um instrumental para as populações das áreas rurais dos municípios da baixada fluminense e de outros municípios limítrofes a estes, como forma de resgatar valores coletivos, caros aos movimentos sociais do campo. Assim, o curso propicia a formação de docentes comprometidos com suas histórias, através de um processo formativo voltado para a melhoria da qualidade de vida de suas regiões, com a apreensão de novas metodologias e práticas. Nesse processo, ampliam-se as possibilidades de serem criadas condições de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, de forma sustentável, mediante a transmissão, nas escolas do campo, do aprendizado adquirido na universidade. (Santos; 2019; p.86)

Ao realizamos as pesquisas iniciais do tema abordado, foi notado que uma das grandes dificuldades em organizar as LEC's era a formação dos educadores do campo. Na maioria das vezes eram professores que realizavam uma grande migração pendular para seu trabalho, coisa esta que se não era motivo para o abandono primordialmente acabava corroborando para a saída deste educador das suas funções nas escolas do campo.

Uma das grandes metas deste tipo de licenciatura é promover a graduação ao educando da sua própria localidade, evitando assim que ocorra uma onerosa travessia para o trabalho nos locais de estudo. O professor formado é o grande diferencial, pois como vive perto das escolas, conhece os anseios de seus discentes, ele sabe onde as problemáticas efetivamente se encontram.

Santos (2019) escreve que a Pedagogia da Alternância tem sido o diferencial para a formação deste aluno. Para ele, o tempo escola-comunidade é fundamental para o

desenvolvimento do cidadão, todavia o que ele aprende na escola pode ser utilizado quase que instantaneamente na sua comunidade. Sobre a carga horária do curso, temos:

Prevendo carga horária total de 3.540 horas em três anos, visando atender 60 sujeitos do campo vinculados às diversas áreas de Reforma Agrária. Funciona a partir da pedagogia da alternância e foi organizado em 6 etapas. As três primeiras constituíram um ciclo básico. No início da etapa 4, o curso se dividiu em duas habilitações: Ciências Sociais e Humanidades; e Agroecologia e Segurança Alimentar. O curso é voltado para formação de professores. (AMADOR; CAMPOS; MENDES, 2014, p. 310).

Notamos que o educador ao se formar após três anos, estará habilitado a lecionar para seus alunos as diversas disciplinas das áreas do conhecimento. A ideia é fazer com que esse professor se envolva pedagogicamente com seus alunos de uma forma mais intensa e que esse discente possa ver no mestre a pessoa capaz de auxiliá-lo na mudança de vida que tanto almeja.

O curso é fruto do edital de 2009 do Programa Nacional de Educação no Campo da Reforma Agrária (PRONERA), a partir de um projeto elaborado e apresentado por diversos professores da UFRRJ em colaboração com os principais movimentos sociais da área atuantes no estado de Rio de Janeiro, como MST, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), organizações Indígenas e Quilombolas do Sul Fluminense e Rede de Educação Cívica (Santos 2019).

As atividades relacionadas ao curso começaram em março de 2010, iniciaram com a seleção e formação do monitor, e tiveram duração de três anos, e terminaram em agosto de 2013, quando os docentes emitiram seu relatório de graduação. De acordo com o "Plano de Trabalho do Curso", foram capacitados mais de 50 profissionais da educação. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 9 de julho de 1970 financiou para o curso por meio do PRONERA, que desenvolve projetos que beneficiam jovens e adultos de famílias assentadas.

Assim, conforme previsto na proposta, é possível oferecer formação técnica e de nível superior em diversas áreas do conhecimento sob a orientação de políticas educacionais coordenadas pelo Conselho Nacional de Educação, que conta com a participação de representantes do Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outros. Em 2014, notamos algumas diferenças no processo de formação dos educandos como observaremos a seguir:

Sob uma nova perspectiva de ampliação das vagas, em 2014, a UFRRJ propôs a oferta do curso na condição de curso regular em atendimento ao contido no Edital PROCAMPO/2014. Nesse novo formato, seria ministrado um curso com 4 anos de duração e carga horária total de 3.520 horas, para formação de egressos para atuarem na área de Ciências Sociais e Humanidades (Sociologia e História), sendo ofertadas, além dessas, as disciplinas das áreas de Agroecologia, Questões Ambientais, Diversidade e Direitos Humanos, com valorização dos temas: Educação Especial; Educação Popular e de Jovens e Adultos; Educação dos Povos Indígenas; Arte e Filosofia. (SANTOS; 2019; p.90)

. Além da mudança em relação ao órgão responsável que no caso era o PRONERA passando para o PROCAMPO em 2014, nota-se a presença de disciplinas técnicas incorporadas ao currículo do educando. A meta é realizar a profissionalização dos moradores destas localidades e com isso ofertar mais emprego para esses cidadãos ao terminarem sua graduação.

3.1 Dificuldades apresentadas na Licenciatura em Educação do Campo

Comumente acompanhamos notícias sobre a educação brasileira, em especial o descaso de nossas autoridades em relação a investimentos públicos para esse segmento superimportante para nossa nação. No que tange a Educação Agrícola, a realidade é igualmente cruel, quiçá até mais em comparação com as escolas dos grandes centros brasileiros.

Notório observamos os investimentos na educação do campo entre os anos de 2004 até 2014. Os governos petistas depositaram grande parte da verba federal para essa esfera, porém sabemos que mesmo com essa ajuda que sem dúvida é a maior da história de nosso país ainda estamos “engatinhado” quando se trata de melhoria.

Tabela x. Diversos Itens de Despesa do Governo Federal: 2004 a 2014 (% da Receita Líquida do Tesouro Nacional) (continua)

	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2004-14
Abono Salarial e Seguro Desemprego	2,7	3,3	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5	5,3	96%
LOAS e RMV	2,1	2,6	2,7	2,9	3,0	3,3	3,4	3,8	78%
Bolsa Família	1,4	1,3	1,8	1,7	2,0	2,3	2,4	2,6	90%
Benefícios Previdenciários	35,7	36,7	34,2	32,7	34,4	35,9	36,0	38,9	9%
Saúde	9,1	8,6	8,2	7,9	8,4	8,8	8,4	9,3	2%
Educação	4,0	4,2	4,6	5,9	6,6	7,6	7,8	9,3	130%
Pessoal (exceto saúde e educação)	22,2	22,3	21,4	20,3	20,6	19,8	18,8	19,7	-11%
Investimento (exceto saúde e educação)	2,1	2,8	3,9	4,7	4,1	3,8	3,7	4,3	107%
Memo: Receita Líquida (R\$ bilhões) valor nominal	352	451	584	779	818	881	991	1.014	

Fontes: Sistema Siga Brasil e Tesouro Nacional – Resultado Fiscal do Governo Central (grifo do autor)

Nota-se uma evolução de incríveis 130% no final de 2014, que visava atender as metas do PNE (Plano Nacional de Educação) 2004-2014, a verba foi destinada para o aparelhamento dos cursos oferecidos para a população das escolas do campo brasileiro. Após o golpe de 2016, o Governo Temer conseguiu aprovar uma lei de congelamento dos investimentos por 20 anos, sem dúvida um dos maiores retrocessos obtidos pelos governos Lula-Dilma.

Para o professor Ramofly Bicalho dos Santos (2022), desde a saída da presidenta Dilma em 2016, as licenciaturas do campo sofreram um grande baque devido a questão da Pedagogia da Alternância. Segundo o professor esse tipo de curso baseado na alternância é visto como “caro” pelos grupos do novo governo. Na implantação do programa, ou seja, durante os três anos iniciais o governo federal iria arcar com as verbas e garantir o andamento da licenciatura. A partir do quarto ano o curso seria institucionalizado pela universidade, e como já existe muitas demandas, afirmar a Pedagogia da Alternância nesse caso específico poderia comprometer a qualidade da formação.

Outra questão colocada pelo professor que ratifica essa noção de carestia da Pedagogia da Alternância. Como explica Bicalho (2022), “a pedagogia alternativa é cara” porque “exige transferência constante de alunos, transferência constante de professores”, ao longo do tempo da comunidade para as regiões, “sejam quilombolas, indígenas ou reformadores agrários. regiões, acampamentos, assentamentos, movimentos”.

O Tempo Comunitário (TC) no LEC exige que alunos e professores se remanejem para a comunidade, além disso, exige persistência e custo de tempo de atividades/experiências nessas áreas onde a educação do campo é realizada, quando necessário, a maioria dos cursos

de graduação não são necessários, pois em muitos casos o tempo de estágio é bem menor em relação à LEC.

A constatação de que as medidas governamentais tiveram impacto no desenvolvimento dos cursos de educação rural é irrefutável. Os cursos que disponibilizavam recursos financeiros para sua implantação e expansão antes de 2018 deixarão de oferecer aos ingressantes as mesmas condições de permanência desde então, o que resultará em novas formas de lidar com suas necessidades específicas e como já foi abordado antes o peso disso é uma real possibilidade dos maiores prejuízos.

Para Santos (2019), a EC nº 95/2016, que interfere diretamente nos orçamentos das instituições como um todo, obriga aos gestores dessa e das demais instituições federais a fazerem cortes internos, priorizando-se alguns setores que apresentam um maior caráter de urgência.

Cabe ressaltar que esta dissertação foi produzida ainda em um momento bastante complicado de nosso país, a pandemia de Covid-19 nos tirou a possibilidade de buscar mais informações no campo prático da educação agrícola. Assim sendo, entendemos como a melhor opção para a construção deste trabalho acadêmico é a leitura de fontes bibliográficas para o término do mesmo.

A expansão dos cursos universitários de educação do campo traz uma série de desafios para a manutenção dos princípios originais do movimento de educação do campo. Acreditamos que a ampliação concreta da formação de educadores do campo e a solicitação de recursos públicos do estado para manter o currículo de longo prazo da universidade são vitórias do movimento social.

Santos (2017), enumera mais especificamente os desafios que as licenciaturas do campo apresentaram ao longo do tempo e que apenas uma plataforma governamental realmente voltada é que os problemas poderão diminuir ou até mesmo acabar. Para ele:

- 1) dificuldades de acompanhamento, por parte de docentes e discentes, e incompreensão da relação entre o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade de maneira interdisciplinar;
- 2) concepção de alternância e formação por área de conhecimento implementada nesta Licenciatura;
- 3) dificuldades dos educandos em leitura e escrita;
- 4) pequena relação dos estudantes com os movimentos sociais;
- 5) desmobilização em torno das lutas políticas no interior da UFRRJ e da auto-organização estudantil;
- 6) sobrecarga de trabalho do corpo docente;
- 7) inexistência dos estágios e concursos públicos que contemplem a formação por áreas de conhecimento;
- 8) dificuldades de planejamento coletivo das disciplinas do semestre;
- 9) situações de mobilidade na LEC para outros cursos dentro da UFRRJ, apesar de educadores e educandos acharem que isso não seria possível em razão do processo de seleção especial. (SANTOS, 2017, p. 9)

Como já citamos acima, o problema número 1 está relacionado com a carestia em vários segmentos que nosso país está atravessando nos últimos anos. A locomoção entre escola e comunidade realizada sistematicamente onera o bolso do educando e do educador ainda mais com a mudança no preço dos combustíveis que o atual governo realiza. E para engrossar esse argumento, não podemos esquecer que a falta de coletivos públicos que deveriam ser ofertados pelo Estado para realizar essa demanda em crescimento não vem acontecendo.

Outra questão observada pelo professor é a implementação da concepção da alternância, especialmente na UFRRJ, o problema número 2 acaba sendo uma continuidade da primeira questão citada pelo docente. Existem inúmeras concepções quando se trata do tempo escola e tempo comunidade, já tivemos aulas em que os alunos permanecem 6 meses de

universidade e aulas em janeiro e fevereiro, ou seja, de apenas dois meses de graduação, logicamente essa relação é dada pelos preços de mantê-los no estudo. No que se refere a formação, as licenciaturas formam professores para atuar em diversas áreas do conhecimento e habilita esse profissional em Ciências Humanas, Exatas e Biológicas, mas a grande questão é o desequilíbrio de formandos em suas respectivas escolhas.

A dificuldade dos alunos com a alfabetização também nos parece um entrave importante a ser mencionado, pois os discentes não tiveram acesso a educação no tempo correto, e já na fase adulta o processo de ensino se torna mais desafiador devido o mesmo ter tido muita das vezes um dia bastante cansativo e no período da noite ainda se deslocar até a instituição se torna mais penoso para ele.

O questionamento número 4 cita o pouco ou nenhum conhecimento de alguns alunos com movimentos sociais e isso diminui o interesse em querer resolver essas problemáticas, pois não conhecem o núcleo do problema e assim sendo, não se sentem representados por esses tais movimentos. A luta camponesa brasileira deve ser sempre citada pelos professores nessas aulas, sabemos que a educação é a parte mais estratégica para uma comunidade, município, estado ou país mudar de patamar. As conquistas sociais são frutos de lutas de gerações e por isso nunca poderão passar despercebidas pelos mestres.

Nos últimos dois anos os movimentos estudantis tiveram uma queda considerável devido ao corona vírus e isso meio que permitiu a instauração de uma relativa paz para os órgãos governamentais. Em 2022, ano de eleições é hora dos estudantes principalmente das instituições públicas iniciarem mais uma vez suas movimentações que sempre ao longo do tempo feriram bastante o sistema brasileiro. Acreditamos que nessas eleições as elites dominantes sentirão mais uma vez a força dos estudantes.

As LEC's ainda não formam tantos professores assim para a escola rural no Brasil, precisamos que existam mais cursos desse tipo para contemplar todo território nacional, como já mencionamos que atualmente é um curso considerado caro para o governo a oferta acaba não sendo tão abrangente.

A falta de realizações de concursos públicos para a área também acaba sendo um fator de desmotivação para esse aluno que tinha o sonho de ser professor, ter um salário digno e uma estabilidade de emprego. Uma vez que os docentes se formam com todas as dificuldades encontradas e não conseguem emprego devido a carência existente.

Sobrecarga de trabalho é um dos maiores desafios da profissão não apenas o educador rural, mas sim todo educado brasileiro principalmente do primeiro segmento escolar e ensino fundamental. Rapidamente vamos mencionar quais são as tarefas do professor: tem que montar o material, ministrar aulas dinâmicas para poder alcançar o objetivo final, lidar com as intempéries do cotidiano escolar, corrigir exercícios, dentre outras coisas. Resumidamente o magistério é uma vocação acima de tudo.

Deixamos claro que essas demandas relatadas no texto não são os únicos problemas para a boa formação nas LEC's, mas apenas a ponta de um grande *Iceberg*, segundo Pereira (2014), outras observações podem e devem ser feitas, como:

Falta de infraestrutura necessária e de docentes qualificados; falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo; em muitos lugares atendidos por professores/professoras com visão de mundo urbano, ou com visão de agricultura patronal; na maioria das vezes estes profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com esta realidade; deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo; Alheia a um projeto de desenvolvimento; alienada a dos interesses dos camponeses, dos indígenas, dos assalariados do campo, enfim, do conjunto dos trabalhadores, das trabalhadoras, de seus movimentos e suas organizações; estimuladora do

abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente; e em muitos casos, trabalhando pela sua própria destruição, é articuladora do deslocamento dos/das estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural. (p.21)

Acreditamos que essas indagações são de exímia veracidade, pois, podem ser lidas em vários trabalhos acadêmicos, reportagens jornalísticas e de história oral de pessoas que passaram ou ainda estão passando por essas experiências. O Brasil tem aproximadamente 8.516.000 km² de extensão e quando se fala de infraestrutura abre-se um grandioso leque para explorarmos o tema, toda via vamos nos ater as questões de locomoção que já foi explanado acima, espaços físicos deteriorados pelo tempo e claro a questão da conexão de internet.

No que tange as instituições, quando citamos o desgaste das escolas e universidades, os prédios apresentam problemas de infiltrações, queda de reboco, falta de material de limpeza, picos de energias e falta de água potável para consumo dos docentes e discentes. Temos com isso enormes prejuízos na formação do cidadão.

Ainda nesse primeiro problema, atualmente a internet é um dos meios que trazem mais engajamentos nas aulas, sem uma conexão de respeito, o professor pode ter vários problemas para fechar seu raciocínio e conseguir a atenção dos educandos. Vale também comentar que o acesso no meio rural brasileiro é considerado luxo, pois na maior parte das escolas rurais os sinais de telefonia não chegam e quiçá o sinal de internet.

A realidade do campo brasileiro é especial e deve ter uma atenção também prioritária. É comum que os estudantes mais velhos trabalhem na maior parte do dia para levar o sustento à sua família. A montagem de uma estratégia para esse educando deve ser feita levando em consideração suas especificidades, as aulas devem promover a ele inquietação social, fazer com que conheça verdadeiramente seu papel nessa sociedade onde a lógica do capital impera e subjuga todas que não tem a mesma condição socioeconômica. Aulas mais dinâmicas são fundamentais para o aprendizado, a utilização do método Paulo Freire nos parece mais indicado para esse aluno, afinal o *saber ouvir* e o *saber falar* nos torna objeto central de uma boa discussão.

Adentramos na figura do mestre. O professor da escola rural tem que se envolver nos problemas dessa comunidade, não apenas ir trabalhar e ao final do turno voltar para sua casa no meio urbano. As suas mentalidades devem estar alinhadas com aquela realidade onde ele agora está inserido. Para Santos (2021), a escola rural é mais do que onde se aprende a ler e a escrever, a escola rural é um espaço da comunidade, é lá que fazem festas, cerimônias religiosas, encontros, locais de ajuda social dentre outras coisas. Este professor deve entender essa realidade e a vive-la.

Ainda observando o docente dentro dessa expectativa, ele precisa ser o motivador de seus alunos. Uma das coisas que notamos nos estudos para a realização deste trabalho é que em alguns casos as aulas tendem a serem voltadas para a ideia de que o meio urbano é mais atraente enquanto a ruralidade ainda é vista como algo retrógrado. Identificamos como um motivador deste tipo de ensinamento, a origem desse docente, em suma o educador rural também precisa ser de origem rural e não apenas aquele que vem e vai para cidade. Santos (2021) complementa que o mestre de origem rural deve estudar nas escolas do campo se formar nela e ensinar lá também, com isso conseguirá criar relações mais afetivas com a comunidade.

3.2 A LEC/UFRRJ e os Trabalhos de campo.

Sabemos que a educação no campo apresenta desafios que podem ser colocados de forma diferente dos problemas urbanos, para Pereira (2014), as instituições agrícolas:

A Educação do Campo, como prática social ainda em construção, tem algumas características pontuais que trazem consigo a significação que seu nome representa:

- Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses.
- Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira.
- Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. (Pereira; 2014; p. 27-28)

Entendemos que é chegada a hora no Brasil de uma educação 100% voltada para aquelas pessoas que nasceram no rural e que possam ter uma escola que atenda suas necessidades e que não se atenha ao urbano, pois a realidade desses dois ambientes são extremamente diferentes. Precisamos enxergar o espaço agrícola como protagonista e criador de sua própria história. A LEC é a exclamação que esse público necessitava há décadas e que atualmente apresenta nota máxima na avaliação do Ministério da Educação, com investimentos realizados nos ambientes corretos, a escola rural ganhará qualidade e o mestre não terá ambições de ir para a “Cidade grande”.²

Vale mencionar que a esfera de atuação deve ser bastante ampla para a obtenção de sucesso na implementação dos programas. A parceria do governo federal, estados e municípios deverá ocorrer mais rapidamente e deve-se evitar as burocracias, os entraves para a realização das demandas necessárias. Todavia, nos últimos anos desde o golpe de 2016 observa-se uma forte retração dos auxílios nos programas universitários, a fatídica política do contingenciamento nas universidades retirou até mesmo boa parte das alimentações dos estudantes que ficam alojados nos centros acadêmicos. Até mesmo o “bandejão” da UFRRJ foi afetado por essa política destrutiva de cortes.

Citar a LEC sem mencionar as lutas sociais é algo impossível, notamos que as conquistas do público nesse campo relacionam-se ao ano de 1997, no primeiro encontro de educadores da reforma agrária (I ENERA). Após diversos conflitos armados já citados no primeiro capítulo dessa dissertação envolvendo camponeses e latifundiários, órgãos internacionais obrigam o governo neoliberal de FHC a propiciar a criação de programas sociais para atender a população rural brasileira.

Os professores formados nas LEC's quando partem para sala de aula, ensinam aos alunos a importância das terras, não somente com valor mercadológico do espaço agrícola, mas também como algo libertador da opressão dos grandes donos de terras nesse país.

Conceitos como a Reforma Agrária são trabalhados pelos mestres aos seus discentes e a partir daí é iniciado um debate entre todos os envolvidos. Temas como esses colocam em ponto algo que é considerado um tabu histórico em nosso país, enxergamos que a questão do

² Departamento de Ciências Humanas - DCH, Portal Ufersa, disponível em: <>. acesso em: 7 set. 2022.

agrícola é muito pouco debatida em nossa política de estado, e uma das razões para que isso não aconteça é que os homens que foram eleitos pela população para modificarem as estruturas são por vezes os maiores detentores dos espaços territoriais brasileiros.

Antes de tudo, a Licenciatura do Campo é a própria resistência contra o sistema opressor imposto pelo capital, através da práxis da educação rural citaremos a seguir alguns trabalhos integrados realizados pela LEC/UFRRJ entre 2010 e 2011, porém cabe uma ressalva, a Licenciatura do Campo que existe desde 2010 já realizou inúmeras atividades práticas, mas ficaremos restritos a alguns trabalhos de campo que foram desenvolvidos pelos estudantes da UFRRJ antes do golpe de 2016 e da pandemia de Covid-19 e durante os governo petistas.

A princípio mencionaremos o trabalho realizado em 2010 pelos alunos da LEC/UFRRJ no assentamento de Marapicu, no município de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro. O trabalho desenvolvido buscou fazer alguns levantamentos sobre a condição desta região dando prioridade para a produção agrícola nesse espaço. Salientamos que trabalhos de campo são fundamentais para tornar esses educandos conhecedores da realidade que estão prestes a se depararem quando o curso superior se encerrar. Para Ferreira (2019), o assentamento apresenta algumas problemáticas em relação a subordinação com o meio urbano de Nova Iguaçu,

No Assentamento de Marapicu é observada a subordinação da área rural com a cidade de Nova Iguaçu. Primeiro, porque o assentamento depende diretamente dos serviços da cidade, como por exemplo, de água encanada que o conjunto habitacional vizinho possui e a área rural, a 100 metros do primeiro, não possui. Segundo os assentados dependem da produção urbano-industrial, como bens e serviços que a cidade produz, além de empregos que os assentados buscam na cidade como forma de complementar a renda, dada a improdutividade do assentamento (Ferreira; 2019; p. 5)

Na história da Baixada Fluminense e mais precisamente no município de Nova Iguaçu, foi notado um grande processo de loteamento na região no final do século XIX e início do XX e isso implicou diretamente na questão do agrário, pois nunca houve dos governos imperiais (até 1889), Federal, estadual e municipal uma real preocupação em manter espaços onde a população que escolhesse essa parte da cidade para desenvolver sua vida.

Lembramos também, que Nova Iguaçu tem o agrário no seu DNA, foi um grande produtor de café e também de laranja. Essa dependência com o meio urbano nos parece uma grande contradição que as autoridades tiveram com a região.

Mais uma vez enxergamos na leitura do texto, que alguns indivíduos do assentamento precisam se deslocar para a cidade em busca de complementar ou até mesmo garantir 100% da sua renda para subsidiar sua família e parentes. O trabalho de campo realizado pelos discentes de 2010 relatou que a falta de água encanada, luz elétrica, transportes públicos faz com que os habitantes percam o interesse de continuar vivendo em Marapicu e buscar cada vez mais a zona urbana.

Outro trabalho realizado pelos alunos da LEC/UFRRJ, foi direcionado ao município de Magé também na Baixada Fluminense. Os educandos realizaram trabalhos historiográficos a respeito da formação da região, desde a época colonial até o ano de 2010, data que o trabalho foi apresentado na universidade.

Assim como mencionamos antes, a região fluminense passou por uma grande transformação sociocultural nas últimas décadas e Magé não foi diferente, todavia ainda conta com grande participação na economia rural no estado do Rio de Janeiro. Podemos constatar que muitos moradores fazem uso da agricultura familiar naquela região.

O grupo de discentes notou que determinados habitantes do município de Magé realizaram cursos de capacitação de agroecologia e vem desenvolvendo importantes trabalhos na criação de galinhas caipiras, caprinos, abelhas e também cursos profissionalizantes para a manutenção de equipamentos utilizados por eles no processo de produção, além de beneficiamento da mandioca para a fabricação de farinha, produção de geleia a partir da goiaba, quiabo, jiló, pimentão e hortaliças que são vendidos e expostos em feiras livres em várias regiões do Rio de Janeiro (Simas; et al, p12).

Todavia, foi anotado na tarefa que grande parte dos moradores de Magé não se sentem moradores de uma área rural, suas ideias já se condicionam ao pensamento urbano, muito se observa a migração pendular (saída para trabalho durante o dia e retorno na parte da noite) dos indivíduos e até mesmo a mudança definitiva dos moradores. Essas emigrações repentinas tem relação, segundo os alunos com a política de segurança pública realizada ainda nos governos de Sérgio Cabral, as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), que foram criadas para garantir segurança daqueles que ocupavam as comunidades mais violentas do Estado, porém nenhuma UPP foi colocada nos municípios da Baixada e isso acabou aumentando a violência nessas áreas mais afastadas da capital.

No terceiro trabalho de campo, resolvemos citar o assentamento Terra Prometida, localizado no município de Duque de Caxias, desde 2010, que após uma série de lutas envolvendo o governo federal, o INCRA e uma empresa de capital alemão (ThyssenKrupp multinacional) e violência conseguiram seu direito de ter onde produzir seu sustento.

A luta dos assentados começou a ser travada quando chegam a região do Município de Miguel Pereira no início dos anos 2000 e depois do insucesso ali se dirigiram a Santa Cruz no município do Rio de Janeiro, todavia essa área pertencia a pertencia CNEN (Comissão Nacional de Energia de Nuclear) que tinha como meta a construção de uma usina nuclear exatamente naquele espaço, mas como o IBAMA e os movimentos sociais do Estado criticaram essa movimentação, a usina acabou não sendo construída ali e sim em Angra dos Reis também no Rio de Janeiro.

Os entraves para efetivar aquela população ali então passaram a ser outros, para os discentes que realizaram o trabalho de campo, outro problema que dificultou a posse da terra em Santa Cruz foi também motivado pelo tráfico e a falta de segurança dos habitantes não só do assentamento como também de todos no geral. Para os alunos:

Por consequência do despejo vivido pelos acampados, muitas famílias desistiram da luta. Os empecilhos são muitos, dentre eles: o Judiciário conservador, ocupado pela elite brasileira em sua maioria, governo que deseja manter o agronegócio acima de qualquer vontade coletiva e mídia arcaica, manipuladora que marginaliza os movimentos sociais do campo. O cerne desses obstáculos é a ocupação de terra, pois ao ocupar estão fazendo enfrentamento direto ao modelo capitalista fundamentado principalmente na propriedade privada. (Valentim; et al, 2011, p. 14)

Naturalmente observa-se que esse tipo de situação em nosso país é muito corriqueiro, terra no Brasil é visto como algo intransponível, torna-se cada vez mais complicado uma política pública capaz de desfazer as mazelas de nosso povo que desde longos tempos enfrentam dificuldades de acesso à sua terra.

Precisamos antes de tudo refazer nossa história, os homens da lei precisam entender que movimentos sociais surgem de descontentamento, de insatisfação devido a algum(a) questão particular que os prejudicam em ponto específico. Movimentos sociais devem parar de serem marginalizados, a mídia precisa informar de forma idônea para que as injustiças desapareçam e o agronegócio pode coexistir com a agricultura familiar sem prejuízos para ambas as partes. Em 2010, finalmente o Terra Prometida chega no seu espaço final:

Depois de vários anos lutando pela legalização das terras do acampamento, no dia dezoito de agosto de dois mil e dez, legitimou-se o primeiro Assentamento do Rio de Janeiro em conjunto com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro). Bem como dez lotes remanescentes do projeto de regularização fundiária Gleba Piranema, do próprio INCRA. O assentamento tem área acerca de 552 hectares, divididos em três fazendas. Mal podiam imaginar que as dificuldades permaneceriam. (Valentim; et al, 2011, p.19)

A terra foi conseguida após vários anos de incansáveis batalhas, todavia, a felicidade dos assentados ainda não estava garantida. Sabemos que no início da segunda década do século XXI, o Brasil e mais precisamente seria visto internacionalmente mais uma vez devido ao esporte. O estado seria palco de jogos da copa do mundo (2014), jogos olímpicos (2016) e jogos paraolímpicos (2016), ou seja, era preciso modernizar a infraestrutura assim sendo os órgãos competentes criam um projeto de uma rodovia que justamente iria atravessar a região do Terra Prometida.

A Baixada Fluminense se encontra atualmente no grupo de regiões do Estado do Rio de Janeiro que devem ser mais fortemente afetadas pelos impactos dos megaprojetos de “desenvolvimento” encadeados a partir da articulação entre o grande capital transnacional, o governo federal, o governo estadual e as prefeituras municipais. Empreendimentos de caráter turístico como Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas Mundiais e Rio mais vinte estão modificando o espaço socioeconômico nos limites do Município do Rio de Janeiro, e deixando recair parte do ônus dessa mudança sobre a Baixada Fluminense. (Valentim; et al, 2011, p.22)

Destacamos que quando esse trabalho foi publicado pelos alunos da LEC/UFRJ não tínhamos ainda vivido nenhum dos eventos mencionados acima, mas agora em pleno 2022, chegamos à conclusão que a baixada fluminense continuou abandonada pelo poder público.

O assentamento Terra Prometida, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, está sendo afetado pelo projeto Arco Rodoviário. Ele liga Itaboraí e Itaguaí, criando um elo que passará por vários assentamentos da Baixada. Pode sofrer inundações no futuro, pois a terraplanagem pela qual a pista passará obstrui o fluxo de água entre a parte mais baixa da Terra Prometida e um rio próximo. Neste caso, vimos que as construções realizadas na última década contribuíram ainda mais para a exclusão dos moradores da nossa tão importante como a baixada.

Os trabalhos integrados que estamos utilizando nessa pesquisa são fundamentais para entendermos a nossa querida Baixada Fluminense, suas características enquanto uma área que a décadas é marginalizada pelo poder público. Partindo dessa lógica, temos até o dever em fazer uma menção honrosa à Fazenda São Bernardino e o assentamento que fica nos seus entornos, localizada no município de Nova Iguaçu.

O assentamento fica localizado na estrada Zumbi dos Palmares que liga o centro de Nova Iguaçu, Vila de Cava e a reserva do Tinguá. A Fazenda São Bernardino foi criada no século XIX no ano de 1875 e em 1987 foi desapropriada pela prefeitura municipal de Nova Iguaçu afim de atender a reforma agrária, devido seu tamanho era possível assentar inúmeras famílias sem-terra (Trabalho integrado 2010).

A primeira ocupação contou com mais de 100 famílias ainda em 1986/1987, porém, a justiça estabeleceu que a família deveria voltar a utilizar o espaço. Após essa determinação, 40 famílias desistiram da luta devido ao atraso das resoluções oficiais. Em 1994 foi feita a definição do espaço a ser usado pelas famílias no assentamento, vale lembrar que os discentes

que realizaram a tarefa de campo notaram que a demarcação não foi feita de forma igualitária e com isso, pedaços maiores que outros foram detectados. Alguns pontos sobre todo esse processo de ocupação merecem ser observados:

- Em 1994 é feita a demarcação definitiva dos lotes;
- Em 1995, realiza-se o primeiro curso pela EMATER³ no assentamento, o curso de produção de doces artesanais;
- Em 1996, temos a liberação do PROCERA⁴.
- Em 1997, a EMATER começa um trabalho técnico específico para o assentamento;
- Em 1998, institui-se o projeto LUMIAR (INCRA);
- Em 1999, é liberada a complementação do crédito do PROCERA no valor de R\$ 2.000,00;
- No ano 2000, chega ao fim o projeto LUMIAR. É decretada a emancipação do assentamento. (Michelle, 2010, p.4)

A ideia central de famílias que passaram a poder usar o espaço, é aproveitar dela também de uma forma econômica, a terra deve ter sua função social contemplada e o curso promovido pela EMATER remete a isso, a fabricação deste tipo de alimento para ser comercializado é de suma importância para seus habitantes levantando até mesmo a moral desses indivíduos.

O projeto Lumiar foi desenvolvido pelo governo federal por meio do INCRA no contexto da ascensão dos movimentos sociais pela terra no Brasil e desenvolvido nacionalmente entre 1997 e 2000, quando o projeto foi cancelado por decisão unilateral pelo próprio governo federal. E após esse cancelamento da união o assentamento Bernardino pode efetivamente ser um lugar onde as famílias possam viver com dignidade.

Durante a realização desta pesquisa, os docentes da LEC conheceram a fonte de renda dos assentados. A produção de coco foi colocada como algo prioritário dentro dos grupos, todavia, seus moradores devido a sucessivas crises econômicas que afetaram o país tiveram a necessidade de mesclar com outros produtos para garantir uma maior rentabilidade (Michele, 2010). Até 2010 quando a atividade de campo foi realizada sobre a orientação de professor Ramofly Bicalho, as famílias produziam além do coco: abacaxi, banana, acerola, aipim, cana-de-açúcar, maracujá e quiabo e criavam animais como: cabra, galinhas, porcos e peixes.

Como relatamos no início, o assentamento São Bernardino sofre com a questão da urbanização, o êxodo rural tem sido uma constante para aqueles que após idas e vindas conseguiram seu pedaço de chão, para Michelle (2010):

Para manter a superestrutura familiar, o sustento da família o produtor e/ou produtora rural, abandona suas terras em busca de um lugar no mercado de trabalho das grandes cidades, dos centros ou na indústria, contribuindo assim para o crescente capitalismo, que cada vez mais penetra no campo, afastando o produtor rural de um meio de vida e educação dignos.

Por se localizar próximo ao centro urbano e cercado por um sistema de favelização, o assentamento se rende aos atrativos do capitalismo. (p. 10)

O município de Nova Iguaçu é cortado pela rodovia Presidente Dutra BR 116, ou seja, acaba se tornando mais fácil a fuga dessas pessoas em busca de mercado nas cidades. Sabemos que a saída de pessoas para a cidade não necessariamente pode fazer com que ela

³ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁴ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

consiga um melhor emprego e que capaz de melhorar sua vida econômica. A história do Brasil nos revela que o êxodo rural aliado com a falta de política pública para acomodar pessoas nas cidades acabou causando ao longo de séculos o inchaço populacional nas áreas urbanas, contribuindo para o aumento das necessidades mais básicas da população, como falta de escolas públicas, falta de hospitais, aumento da violência e tudo isso como relatado antes devido a uma estrutura que nunca foi observada dignamente pelos chefes de estado do Brasil.

O assentamento São Bernardino acaba se tornando refém de uma localização geográfica favorável para que aconteça o êxodo de seus habitantes, o município de Nova Iguaçu que outrora foi um grande produtor de café e de laranja no estado do Rio de Janeiro, hoje ainda não consegue suprir as necessidades para a população rural para que esta se mantenha no campo realizando seus trabalhos e colaborando com a economia da região.

Encerraremos o nosso terceiro capítulo citando o assentamento de Pedra Lisa que fica no município de Japeri, trabalho de campo realizado pelos alunos da licenciatura do campo da universidade federal rural do Rio de Janeiro também no ano de 2010 e sob a supervisão do professor doutor Ramofly Bicalho.

Como tônica geral, os assentamentos foram conquistados após muitas lutas sociais contra governos que nunca se preocuparam efetivamente em fazer a reforma agrária no Brasil. No que diz respeito sobre o histórico da ocupação do assentamento de Pedra Lisa, Gomes e Machado (2010) escrevem:

A luta pela Terra na Baixada Fluminense inicia-se na década de 60, quando de grandes proprietários de terras e grileiros decidiram acabar com os laranjais expulsando os trabalhadores do campo e substituir as plantações por loteamentos urbanos.

Nesse contexto, a luta do assentamento Pedra Lisa também se inicia neste período. As terras dessa região pertencem a alguns grileiros, na área tinha bois e pastos. Essa luta é fruto de um processo histórico no qual o Rio de Janeiro se destacou no assentamento do conflito entre posseiros e proprietários de terras, tendo por trás disso algumas lideranças ligadas a ligas camponesas. Esse processo, segundo Marx é caracterizado por ser uma luta de classes, uma luta que historicamente todas as vezes termina com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa. (p.2)

Com o golpe militar de 1964 realizado pelo exército e contando com a participação da ala social conservadora brasileira observamos uma forte repressão que atinge as lideranças que lutavam por esta terra no município de Japeri na Baixada Fluminense, as áreas demarcadas naquele momento não puderam ser entregues a grupos de familiares para que se pudesse efetivamente ocorrer a produção agrícola da região. As terras desapropriadas voltaram para seus antigos donos.

Na década de 1980 houve uma retomada nessa luta, alguns trabalhadores desempregados que viviam nessas proximidades da região metropolitana do Rio de Janeiro cantam um recuperar estas terras. Um grupo de trabalhadores ocuparam a fazenda Normandia e a fazenda São Pedro que no caso terras pertencentes a grileiros.

Em meados dos anos de 1980, Pedra Lisa recebeu o título de Posse, entretanto, observamos que é o menor assentamento do estado do Rio de Janeiro com apenas 79 hectares contando com 196 famílias em 1986 quando Leonel de Moura Brizola sai do governo do estado do Rio de Janeiro, após esse fato não conseguimos encontrar políticas eficientes para fazer com que essas pessoas permanecessem evitando assim um dos maiores problemas da população rural, o êxodo rural.

Nos anos 90 foi construída a sede dos trabalhadores rurais e também uma creche, mas por mais impressionante que se possa aparecer até a realização deste trabalho de campo esta

creche não foi concluída o que demonstra mais uma vez o descaso com a população assentada na região Fluminense.

Cabe ressaltar que também nos anos de 1990 o assentamento Pedra lisa foi matéria de capa de jornal de grande circulação no estado, matéria é esta que já chamava atenção dos anseios daquelas pessoas, todavia mesmo com a imprensa relatando o acontecido e as lutas sociais mesmo assim a burocracia não resolveu as contendas dessa gente.

Entendemos assim que os trabalhos de Campos citados acima são de suma importância para o encerramento desta dissertação, a LEC é isso, é colocar em prática todo aprendizado no curso universitário de duração de 4 anos. Infelizmente nos últimos anos com uma política voltada para o contingenciamento das verbas para as universidades federais do Brasil os trabalhos de campo ficam cada vez mais raros de serem realizados com maestria, e no meio do caminho ainda tivemos a pandemia de covid-19 que corroborou para o enfraquecimento do ensino público e também nos tirou a possibilidade de um trabalho de campo para realizar esta pesquisa sobre PRONERA, e a ação deste recurso na licenciatura de campo da UFRRJ.

Sobre a LEC em si, citamos a Pedagogia da Alternância, adotada pela administração do curso, todavia, ao buscar informações relatamos dificuldades enfrentadas para que esse tipo de ensino possa realmente ser aplicado com excelência. Para os agentes envolvidos, o principal problema do sucesso desse curso é o custo financeiro que ele apresenta. Foi abordado em algumas vezes nesse trabalho que na atual conjuntura nacional, as verbas destinadas para as universidades federais sofreram um grande retrocesso implicando diretamente na qualidade na formação dos educandos.

Encerramos esse trabalho com um sentimento de continuidade, insistiremos em pesquisas posteriores ao mestrado com essa mesma temática, pois, enxergamos que esses trabalhos realizados ainda podem nos render maior aprendizado no futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a oportunidade de realizar essa pesquisa sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e as suas implicações desde a sua criação em 1998 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso do PSDB até os dias atuais.

Vale ressaltar também que no transcorrer nesse percurso em realizar esta dissertação, tivemos que nos deparar com a lamentável pandemia de covid-19 o que fez com que alguns projetos traçados no início dessa caminhada não fossem possíveis em serem realizados. Havia um grande interesse em partimos para um trabalho mais voltado para a prática com entrevistas de envolvidos diretamente na educação agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Todavia, como comum acordo com o nosso orientador o Professor Doutor Ramofly Bicalho, esta obra ficou mais voltada para leituras e análises bibliográficas.

Foram abordados temas que foram divididos em três capítulos onde pudemos escrever fatos relacionados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) criado em 1998 após uma série de exigências desde movimentos sociais e organismos internacionais como a ONU.

No capítulo um destacamos um breve histórico de antecedentes para a criação do PRONERA em âmbito nacional. Usamos referências que nos mostraram que o campo brasileiro está longe de ser um local pacífico, foi detalhado algumas chacinas envolvendo grandes latifundiários e a polícia militar para conter as exigências sociais de grupos humildes que buscavam a sua terra.

Entendemos que uma política voltada para as camadas populares nunca foram uma prioridade para nosso governo independente dos grupos políticos que tiveram o comando, durante as pesquisas obtivemos mais informações que positivam essa análise sob a ótica dos textos que escolhemos para nos instruir para a realização dessa dissertação.

O PRONERA que fora criado a partir de movimentos sociais, foi consolidado a partir do I ENENA em 1997, onde contou com o apoio na UNB. Chancelado pelo governo de FHC ainda está longe de resolver as questões que se propunha. Adicionamos também algumas leis importantes que guiam o programa federal, como por exemplo: o currículo básico para uma escola agrícola poder efetivamente funcionar e atender a demanda necessária, carga horária diária, entre outras situações.

Acrescentamos alguns tópicos sobre fechamento das unidades escolares e consequentemente as sérias consequências que esses fatos levam aos cidadãos que precisam estudar no campo. Sabemos que uma escola em área agrícola é muito mais do que apenas uma instituição de ensino, é um espaço democrático de convívio onde todos participam.

No capítulo dois, buscamos mostrar a ação do PRONERA dentro do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, desde a sua criação até a atualidade. De acordo com nossas pesquisas, notamos que em nossa região, ainda não é uma prioridade de atuação, portanto, programa não apresenta grande desenvolvimento.

Tratamos de alguns exemplos práticos, como escolas quilombolas e ações em regiões de demarcações indígenas. Enxergamos nos textos que as instituições contempladas pelo governo e pelo programa em si obtiveram êxitos na formação dos discentes, pois, uma das grandes possibilidades desses órgãos é manter sua identidade cultural preservada, o mais longe possível de uma educação meramente capitalista e elitista.

Foi adicionado também as cargas horárias de algumas instituições com o objetivo de demonstrar aos leitores que a legislação específica das escolas denominadas agrícolas apresenta uma grade complexa que se fossem cumpridas à risca teríamos muito mais sucesso no aproveitamento das crianças, jovens e adultos.

Utilizamos alguns exemplos também das escolas que ofertam a modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos), fundamental para pessoas que tiveram que abandonar os estudos na idade correta por algum motivo qualquer. O retorno à escola deve ser celebrado e cabe ao poder pública garantir que esse educando tenha as mesmas condições de um aluno que frequenta a escola urbana.

Em nosso último capítulo, tratamos da LEC (Licenciatura em Educação no Campo), curso que é ministrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que tem o apoio do PRONERA. Na abertura do capítulo foi apresentado um sucinto resumo sobre a UFRRJ. Um pouco da história, os campus que pertencem a Universidade e sua localização dentro do município de Seropédica.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nelbi da Cruz. UNIR. **PRONERA Rondônia 2005-2008: Pelos movimentos sociais na construção de políticas públicas.** [s.l.], [s.d.]. 2009.

AMADOR, Fabrício; CAMPOS, Marília; MENDES, Robledo. **A Construção Curricular da Licenciatura em Educação do Campo-UFRRJ Partindo da Experiência Libertária e Agroecológica com os Sujeitos do Campo em seus Movimentos.** In: PERRUSO, Marco Antônio. LOBO, Roberta. Educação do Campo, movimentos sociais e diversidade a experiência da UFRRJ. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora F&F, 2014.

AGUIAR, Luana de Carvalho; CARVALHO, Elizangela das Dores; SILVA, Thiago Lucas. **O PRONERA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 09, n. 2, pags.96 – 109, jul/dez. 2013

ARAUJO, Fabiana de Carvalho; OLIVEIRA, Livia Maria Teixeira; SANTOS, Ramofly Bicalho. **Interfaces entre o programa da escola da terra e a educação no campo no Rio de Janeiro.** EDUR-UFRRJ. Escola da Terra. Rio de Janeiro. 2020.

ARRUDA, Eloisa Varela Cardoso, AZEVEDO, Márcio Adriano. **PRONERA e PRONACAMPO: Projetos de Educação profissional no campo em disputa (?) no Brasil.** UFSCAR. São Carlos. 2015.

ANDRADE, Márcia Regina et al. (Org.) **A educação na reforma agrária em perspectiva.** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004b. p. 37-56.

APARECIDA, Clarice et al, **Memória e História do PRONERA Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil,** [s.l.]: , [s.d.].2011

Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política / Gênesis Torres organizador. - IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Ihgb.org.br. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/18256-baixada-fluminense-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-uma-hist%C3%B3ria-sociedade,-economia,-pol%C3%ADtica-g%C3%AAnesis-torres-organizador.html>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos, NETO, Luiz Bezerra; SANTOS, Flávio Reis. **Educação como direito universal: Movimentos sociais e políticas públicas de educação para as populações rurais.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador v. 8, n. 2, p. 89-99, dez. 2016.

BRASIL. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações.** Brasília-DF, 2011.

CALDAS, Ana Carolina, **Com fim do Pronera, Bolsonaro ataca educação dos povos do campo.** Brasil de Fato, disponível em: <>, acesso em: 17 Jun. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 26 – Ano 14, Novembro 2017

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; GONÇALVES, João Batista (Coords.). **Conflitos no Campo-Brasil. Goiânia: CPT Nacional-Brasil, 2010.**

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **Educação e Política Pública: Caminhos Históricos do PRONERA.** Educativa, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 233-258, jan./abr. 2016.

CARVALHO, A. V.; CARVALHO, M. A; BRUNO, R. . **Democratização e Reforma Agrária; contribuições da sociedade ao I Plano Nacional de Reforma Agrária I PNRA? 1985. 2008.** (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CARVALHO, M.; SANTOS, A. **O Pronera como política pública educacional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação,** v. 2, n. 1, p. 33-45, 27 jun. 2020.

CARVALHO, Jaílida Evangelista; SANTOS, Marilene. **PRONERA: Um Programa de Educação no campo. XXII EPENN - Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd - 28 a 31 de outubro de 2014 (Natal-RN), ANPEd,** disponível em: <<https://anped.org.br/news/xxii-epenn-encontro-de-pesquisa-educacional-norte-e-nordeste-reuniao-cientifica-regional-da>>, acesso em: 22 Fev. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. IN: SANTOS, Clarice A. dos (org.). **Por Uma Educação do Campo: campo, políticas Públicas, Educação.** Brasília, INCRA/MDA, 2008.p. 67 – 86.

COSTA, H. G. P. da; LOMBA, R. M. **Educação do campo e desafios amazônicos: o PRONERA no Estado do Amapá. Revista Exitus,** [S. l.], v. 7, n. 3, p. 224-249, 2017. DOI: 10.24065/2237-9460.2017v7n3ID355. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/355>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZ, E. T. ; VIEIRA. M. A. L. **Educador e Educando: Protagonistas no PRONERA. In: Seminário de Estudos e Pesquisas Sobre Educação do Campo, 2011.** São Carlos. Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo, 2011.

DINIZ, Daise Ferreira, **O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no contexto do Estado democrático de direito: Movimentos sociais e gestão participativa.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Débora Franco. **O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política para a democratização do Estado no Brasil. Inter-Ação, Goiânia.** v. 43, n. 1, p. 259-280, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i1.46105>>. Acesso em 24/02/2021.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; MOLINA, Mônica Castagna ; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **O fortalecimento da identidade camponesa: Repercussões do**

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos Estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011), Educação & Sociedade, v. 38, n. 140, p. 569–585, 2017.

FAUSTO, Josiane; SOUZA, Érica; VALENTIM, Carlos. Trabalho Integrado: **Trajetória do assentamento terra prometida. Licenciatura em educação do campo.** UFRRJ. Rio de Janeiro. 2011.

FERNANDES, Bernardo; MOLINA, Mônica. O Campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica; JESUS, Sonia M. A. S. de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004, PP. 13-52.

FERNANDES, B. M. **Reforma agrária e educação do campo no governo lula/agrarian reform and education for the countryside during the lula administration.** *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 7, n. 14, 20 ago. 2012.

FERREIRA, Diniz, D., & FRANCO Lerrer, D. (2018). **O programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do estado no Brasil.** *Revista Inter Ação*, 43(1), 259-280. <https://doi.org/10.5216/ia.v43i1.46105>

FERREIRA, Taís Gôgo; FFRANCO, Ana Paula Perrota. **Assentamento de marapicu: reflexões sobre a relação campo e cidade e as ruralidades.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=259>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FORGIARINE, Luís Felipe; LONGO, Larisse; MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra; MANFROI, Waldomiro Carlos. Educação no campo: **Pronera- Uma política em construção.** *Revista Conhecimento on-line – ano 5 – vol.1 – RS.* Abril de 2013.

FREITAS, M. da C. da S., DANSA, C. V. de A., & Moreira, J. M. da C. (2016). **Pronera no Sertão Mineiro Goiano: Reflexões sobre emancipação social e Educação do Campo.** *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 1(2), 204-230. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2016v1n2p204>. Acesso em 11/01/2021.

GARCIA, Mauro; FERREIRA Luciana Rodrigues. **Práticas na Educação do campo: A gestão participativa do PRONERA no Estado do Pará.** *Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, v. 7, n. 0, p. 352–363, 2016

INCRA, Cidadania e Reforma Agrária. **Histórico do Pronera.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/pronerahistoria>>. Acesso em 05 de novembro de 2020.

INCRA/PRONERA GOIÁS. BARRETO, Marília Souto e CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **Relatório de trabalho, Goiânia, 2014**, (mimeo).

JESUS, Sonia M. S. Azevedo. **O PRONERA como Construção de Novas Relações entre Estado e Sociedade.** IN ANDRADE, Márcia Regina; PIERRO, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M. S. Azevedo; orgs. **A educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

JESUS, S. M. S. A. de. **Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal.** Educar em Revista, Editora UFPR Curitiba, Brasil, n. 55, p. 167-186, jan./mar. 2015.

JÚNIOR, Claudio dos Santos; TAFFAREL, Celi Zulke. (2009). **Balanco político e continuidade da ação pronerá 10 anos de resistência.** FACED, Ufba.br. Disponível em: <<https://faced.ufba.br/educacao-do-campo/pronera/balanco-politico>>, acesso em: 12 Jan. 2021.

LEI FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS, **Lei fechamento de escolas rurais**, Profemarli.com, disponível em: <>, acesso em: 14 Jun. 2021.

Licenciatura em Educação do Campo - LEC - PRONERA. **Trabalhos Integrados.** Rio de Janeiro, Seropédica. 2010.

Massacre de Eldorado dos Carajás completa 25 anos, **Massacre de Eldorado dos Carajás completa 25 anos, Agência Brasil**, disponível em: <>, acesso em: 10 Jun. 2021.

MARA, Dayna; SANTOS, Ronald; Sanches; DIAS, Rayanne; *et al.* (2012). **Educação do campo e políticas públicas.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Dayna%20Mara%20Sanches%20Santos.pdf>>. Acesso em 13 /01/ 2021.

MARQUES, Alberto; MATTZA, Antônio Fernandes; *Et al.* **Memória INCRA 35 anos.** Nead Especial. mda/ inc r a, b r a s í l i a -DF, 2 0 0 6.

Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense / Bráulio Rodrigues da Silva; Leonilde Servolo de Medeiros, organização, apresentação e notas. – Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008. 101p.

MOCHIDA, Jandira Carvalho Moraes. **Inserção socioprofissional de egressos dos cursos de magistério no âmbito do PRONERA no Tocantins.** III Seminário nacional de Estudos e pesquisa sobre educação no campo, V Jornada de educação especial no campo, XIII Jornada do HISTEDBR. UFSCAR. São Carlos. 2015.

MOLINA, Mônica C; ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação no campo: **História, práticas e desafios no âmbito de políticas de formação de educadores – Reflexões sobre o PRONERA e PROCAMPO.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014.

Pereira, Maria de Lourdes Soares. **As contribuições da Licenciatura em Educação do Campo na transformação das relações de gênero: um estudo de caso com as educandas do Assentamento Virgilândia de Formosa/GO.** [s.l.: s.n.], 2014.

Primeira turma de Técnicos Agroflorestais - Pronera é formada no Acre | Notícias do Acre, Notícias do Acre, disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/primeira-turma-de-tnicos-agroflorestais-pronera-formada-no-acre/>, acesso em: 16 Apr. 2021.

Programa nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA) **Manual de operações — Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo.** Ufscar.br. Disponível em:

<<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria.pdf/view>>. 2016. Acesso em: 25 Jan. 2021.

Busca — Portal IFFluminense, Iff.edu.br, disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/@@busca?SearchableText=Colegiado+do+Curso+de+Forma%C3%A7%C3%A3o+Inicial&Subject%3Alist=Campus+Bom+Jesus>>, acesso em: 5 Feb. 2022.

SANTOS, Clarice Ap. **Por uma educação do Campo v.7. Brasília: INCRA: MDA: NEAD Especial**, 2008.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **A educação do campo e o mst**. Cadernos da FaEL , v. 2, p. 01-16, 2009.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Educação do campo, movimentos sociais e ensino de história. XXVII simpósio nacional de História**. Natal- RN. 2013.

SANTOS, Ramofly Bicalho, **Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação**. Revista Pedagógica, v. 20, n. 43, p. 81, 2018.

SANTOS, Ramofly Bicalho, & Silva, M. A. **A educação do campo no Estado do Espírito Santo: os movimentos sociais e a materialização das lutas**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan.-jun. 2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho, **A dimensão educativa e o fazer pedagógico no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**, Revista Pedagógica, v. 23, p. 1–21, 2021.

SANTOS, Sérgio Augusto dos. **O Incra na implantação de políticas públicas no contexto do desenvolvimento territorial rural brasileiro**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/>>. Acesso em 27 / 01/ 2021.

SILVA, M. V.; SILVA JÚNIOR, A. F. **Políticas educacionais para a educação do campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 314–332, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640054. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640054>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RODRIGUES, Sônia da Silva. **A gestão do PRONERA no Estado de São Paulo a partir do curso da Pedagogia da terra**. III Seminário de estudos e pesquisas de educação no campo, V Jornada de Educação especial no campo, XIII Jornada Histerdbr. UFSCAR. São Carlos. 2015.

RODRIGUES, Sonia da Silva (org). **PRONERA: gestão participativa e diversidade de sujeitos da Educação do Campo, Lutas Anticapital**. 2020. disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/products/pronera-gestao-participativa-e-diversidade-de-sujeitos-da-educacao-do-campo>, acesso em: 31 Mar. 2021.

OLIVEIRA, Tiago Bernadon. **O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo**. Historiæ, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016